

PROSPECTO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS QUOTAS DA PRIMEIRA EMISSÃO DO

PÁTRIA ECONOMIA REAL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF n.º 09.081.760/0001-45

Administração e Gestão



Pátria Investimentos S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2055, 7º andar, São Paulo, SP

Distribuição pública de até 60.000 (sessenta mil) quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, da primeira emissão ("Quotas" e "Primeira Emissão", respectivamente) do Pátria Economia Real – Fundo de Investimento em Participações ("Fundo"), perfazendo o montante total de até:

R\$ 60.000.000,00
(sessenta milhões de reais)

Registro na CVM: A Primeira Emissão foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob nº CVM/SRE/RFP/2007/066, em 28 de setembro de 2007.

O Fundo, um condomínio fechado constituído nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 391/2003, tem por objetivo obter retornos significativos e valorização de capital a longo prazo por meio de investimento em ações, certificados de depósito de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, ou que confirmam o direito ao recebimento de ações, ou de outros títulos e valores mobiliários ("Valores Mobiliários") de emissão de uma ou mais companhias abertas ou fechadas, que atuem em, mas não se limitando a, setores de (i) serviços; (ii) agronegócios; (iii) saúde; (iv) infra-estrutura; (v) logística ou (vi) quaisquer outros em que o Brasil tenha vantagem competitiva, participando do bloco de controle de tais companhias em conjunto com outros fundos de investimento administrados pelo Administrador, ou grupo de investidores agindo em conjunto, e que atendam aos requisitos descritos neste Prospecto.

As Quotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado ("Oferta"), coordenado pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, 4.200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38 (o "Distribuidor"). A Primeira Emissão é composta por até 60.000 (sessenta mil) Quotas com preço unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) (o "Preço de Emissão"), totalizando o montante equivalente a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). A Primeira Emissão foi aprovada na Deliberação de Constituição do Fundo, datada de 19 de setembro de 2007 e registrada no 10º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 1.808.808.

O Fundo foi constituído pelo Pátria Investimentos S.A., na qualidade de administrador do Fundo ("Administrador"), em 19 de setembro de 2007, sendo que seu regulamento encontra-se registrado no 10º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 1.808.808 ("Regulamento").

O público alvo da Oferta é constituído exclusivamente por investidores qualificados, conforme definição do art. 109 da Instrução CVM nº 409/04. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" deste Prospecto. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o Investidor. Qualquer rentabilidade obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito, conforme descrito na Seção 2 deste Prospecto, nas páginas 17 a 21.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos), das taxas de administração devidas ao Administrador, da qualificação e da experiência profissional do corpo técnico do Administrador, das despesas com comissões ou taxa de

subscrição, distribuição e outras com que o investidor tenha que arcar, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

As Quotas do Fundo poderão ser admitidas à negociação no mercado secundário, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo de serem negociadas por meio de transações privadas.

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das normas emanadas da CVM.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, mediante a participação em operações com opções que tenham como ativo subjacente Valores Mobiliários que integrem a Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão. Tais estratégias de derivativos, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os quotistas do Fundo.

“A autorização para funcionamento do Fundo e/ou negociação das Quotas não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo.”

A data deste Prospecto é 22 de janeiro de 2008

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES	5
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	11
Características da Oferta	12
Negociação das Quotas	14
Distribuição Pública das Quotas e Custos da Oferta	14
Outras Informações	14
Identificação do Auditor Independente e da Instituição contratada para prestar serviços de Custódia, Controladoria e de Valores Mobiliários Escriturais ao Fundo	15
Declaração do Administrador	15
Declaração do Distribuidor	16
3. FATORES DE RISCO	17
Competição por Investimentos	18
Habilidade para Identificar Oportunidades de Investimentos	18
Oportunidades de Investimento Não Especificadas	19
Possibilidade de Identificar Número Limitado de Investimentos	19
Investimentos Minoritários e/ou Investimentos com Terceiros em Joint Ventures e Outros Veículos	19
Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida	19
Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários	20
Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários	20
Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas	20
Não existência de Garantia de Rentabilidade	20
Riscos Provenientes do Uso de Derivativos	20
Outros Riscos	21
4. PÁTRIA ECONOMIA REAL – FIP	22
Forma, Base Legal e Prazo de Duração	23
Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento	23
Administração e Gestão do Fundo	23
Prestadores de Serviço do Fundo	25
Objetivo do Fundo	25
Investimentos do Fundo	26
Período de Investimentos para a Formação da Carteira	28
Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas	29
Condições de Amortização e Resgate das Quotas	31
Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo	32
Inadimplência dos Quotistas	34
Liquidação do Fundo e de seus Investimentos	34
Assembleia Geral de Quotistas	35

Comitê de Investimento	36
Partes Ligadas e Situações de Conflitos de Interesses.....	37
Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo	38
Taxas e Encargos do Fundo.....	39
Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo	44
Atendimento aos Quotistas.....	46

5. ANEXOS

47

Anexo I - Cópia do Instrumento de Deliberação de Constituição do Fundo

Anexo II - Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto

Anexo III – Declaração do Administrador nos termos do art. 56 da Instrução CVM n.º 400/03

Anexo IV – Declaração do Distribuidor nos termos do art. 56 da Instrução CVM n.º 400/03

1. DEFINIÇÕES

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	Pátria Investimentos S.A., sociedade com sede na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.055, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.145.646/0001-80
Agente de Avaliação:	Empresa especializada na elaboração do Estudo de Avaliação, que deverá ser uma das maiores empresas de auditoria e/ou consultoria e/ou banco de investimento atuantes à época da respectiva reavaliação dos Valores Mobiliários
Auditores Independentes	Na data deste Prospecto, a empresa de auditoria contratada pelo Fundo era a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Capital Comprometido	Montante de Quotas que o Quotista se comprometeu a integralizar, de forma irrevogável e irretratável, nos termos do Compromisso de Investimento
Capital Integralizado	Valor efetivamente entregue, pelos Quotistas, ao Fundo, a título de integralização de suas Quotas
Carteira	Carteira de investimentos do Fundo, formada por Valores Mobiliários e Outros Ativos, de acordo com os critérios de diversificação e composição estabelecidos no Regulamento
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação
Co-Investimento	Composição de recursos do Fundo com recursos de investidores financeiros e/ou estratégicos a fim de viabilizar investimentos
Comitê de investimento	Comitê formado por 3 (três) membros, para realização das atividades previstas no item 11.4 do Regulamento
Companhia Alvo	Companhias abertas ou fechadas brasileiras, quando referidas anteriormente ao investimento pelo Fundo
Companhia(s) Investida(s)	Companhias abertas ou fechadas brasileiras, após receberem qualquer aporte de recursos do Fundo

Compromisso de Investimento	Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Integralização, que será assinado pelo investidor na data de subscrição de suas Quotas e/ou Novas Quotas
Custo de Oportunidade:	Correspondente a 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor do Capital Integralizado, corrigido pelo IPCA
Custodiante	Banco Santander S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, 474, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.472.676/0001-72
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão	180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Primeira Emissão
Distribuidor	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, 4.200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38
Estudo de Avaliação:	Relatório de avaliação econômico-financeira, que deverá utilizar a metodologia de fluxo de caixa descontado, a fim de reavaliar os Valores Mobiliários da Carteira do Fundo, nas hipóteses previstas no item 17.7 do Regulamento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Instrução CVM n.º 391/03	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 406/04	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 406, de 27 de abril de 2004, conforme alterada
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE

Novas Quotas	Novas quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo, além das Quotas da Primeira Emissão
Outros Ativos	Além dos Valores Mobiliários, outros ativos que podem ser objeto de aquisição pelo Fundo, quais sejam, (a) Certificados de Depósito Bancário das seguintes instituições financeiras, Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A., Banco Votorantim S.A., Banco ABN Amro Real S.A., Banco Citibank S.A., Banco Santander S.A. e Banco UBS Pactual S.A., (b) quotas de emissão de fundos de investimento, classe renda fixa e/ou referenciado DI, e/ou (c) títulos públicos federais
Partes Ligadas	São consideradas partes ligadas ao Administrador ou a qualquer Quotista do Fundo: (i) qualquer pessoa natural ou jurídica que participe com 10% ou mais do capital social do Administrador ou de qualquer Quotista, conforme o caso, direta ou indiretamente; ou (ii) qualquer pessoa jurídica em que o Administrador, um Quotista ou qualquer das pessoas elencadas no subitem (i) acima participem com 10% ou mais do capital social, direta ou indiretamente
Patrimônio Autorizado	Patrimônio autorizado do Fundo na data deste Prospecto, correspondente a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)
Patrimônio Inicial	O patrimônio do Fundo após a primeira emissão de quotas, formado por, no mínimo, 30.000 (trinta mil) quotas
Período de Desinvestimento	Período que se iniciará no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimento e se estenderá até a data de liquidação do Fundo
Período de Investimentos	Período de investimento em Valores Mobiliários, que se iniciará na data da Primeira Emissão e se estenderá por até 5 (cinco) anos ou até a integralização total das quotas subscritas, conforme estabelecido nos Compromissos de Investimento, o que ocorrer primeiro
Preço de Emissão	Valor correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais) por Quota
Preço de Integralização	Preço de emissão da Quota, atualizado pelo IPCA, conforme o Compromisso de Investimento

Primeira Emissão	Distribuição pública de até 60.000 (sessenta mil) Quotas
<i>Private Equity</i>	Gestão de recursos investidos em participações societárias majoritárias e/ou minoritárias relevantes, assegurando influência na gestão das empresas investidas
Prospecto	Este prospecto de distribuição pública de Quotas da Primeira Emissão do Pátria Economia Real – Fundo de Investimento em Participações
Quotas	Quotas de uma única classe, nominativa e escriturais, de emissão do Fundo
Quotista Inadimplente	Quotista que deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento
Quotistas	Investidores titulares de Quotas do Fundo
Regulamento	Regulamento do Fundo, anexo ao presente Prospecto
Requerimento de Integralização	Notificação encaminhada pelo Administrador a cada um dos Quotistas solicitando a integralização parcial ou total das Quotas originalmente subscritas pelos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento
Taxa de Administração	Remuneração devida ao Administrador pelos serviços de administração e gestão do Fundo, calculada nos termos do item 4.2 do Regulamento
Taxa de Performance:	Parcela variável de remuneração devida ao Administrador, calculada com base no desempenho dos investimentos do Fundo nos termos dos itens 4.3, 4.4, 4.5 e 4.6 do Regulamento
Valores Mobiliários	Ações, certificados de depósito de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, ou que confirmam o direito ao recebimento de ações, ou de outros títulos e valores mobiliários adequados a exigências específicas das Companhias Alvo, que o Administrador entenda possam ser convertidos em ativos de liquidez, e cuja aquisição esteja em consonância com os objetivos do Fundo

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta Seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como no Regulamento do Fundo.

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

Características da Oferta

A Oferta

As Quotas da Primeira Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado. A Oferta será conduzida exclusivamente pelo Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de instituição intermediária da Oferta.

Público Alvo da Oferta

O Fundo é destinado exclusivamente aos clientes do Administrador, previamente indicados ao Distribuidor, desde que sejam considerados investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04.

Registro da Oferta das Quotas

A Oferta será registrada na CVM nos termos da Instrução CVM nº 391/03 e da Instrução CVM nº 400/03.

Quantidade de Quotas da Primeira Emissão

A Primeira Emissão é composta por até 60.000 (sessenta mil) Quotas, todas correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, com preço de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) por Quota, no montante total de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

Preço de Emissão e de Subscrição no âmbito da Oferta

O Preço de Emissão das Quotas da Primeira Emissão foi fixado em R\$ 1.000,00 (mil reais) por Quota.

Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas e Prazo de Colocação

No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas e/ou Novas Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento; e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar que está ciente, (a) das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento do Fundo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

As Quotas da Primeira Emissão deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro na CVM. As Quotas que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.

As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo Preço de Integralização, na medida em que o Administrador identifique necessidades de recursos para investimento em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, se for o caso, e/ou para o pagamento de despesas e encargos do Fundo, sendo que o Administrador notificará os Quotistas de tal necessidade, mediante envio do Requerimento de Integralização.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

Havendo alteração substancial, posterior e imprevisível nas condições de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria oferta, o Administrador poderá solicitar à CVM a modificação ou a revogação da Oferta.

Será sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores.

Deferido o pleito, a modificação da Oferta deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início de Distribuição e o Administrador deverá se acautelar e certificar, no momento de recebimento de novas aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Ainda, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados à respeito da modificação, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

A revogação da Oferta torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às quotas ofertadas.

Conforme faculta o art. 28 da Instrução CVM 400/03, a aceitação da Oferta, que se dá mediante a subscrição de Quotas do Fundo, configura compromisso irrevogável e irreatável, nos termos do Compromisso de Investimento e demais documentos previstos no Regulamento.

Cronograma de Etapas de Oferta

Etapas

Data estimada

Início da Oferta: A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá

	início após a divulgação do anúncio de início.	28.09.2007
Prazo de Colocação:	As Quotas da Primeira Emissão deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Primeira Emissão na CVM.	26.03.2008
Manifestação de Aceitação da Oferta pelos Investidores:	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas junto ao Distribuidor poderão manifestar a sua intenção a qualquer momento durante o prazo de colocação, por meio de assinatura nos respectivos boletins de subscrição, até o encerramento da Oferta.	Até 26.03.2008
Distribuição junto ao Público	As Quotas serão colocadas exclusivamente junto aos clientes do Administrador que sejam considerados investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM nº409/04.	Até 26.03.2008
Divulgação do resultado da Oferta	O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, por meio da divulgação de anúncio de encerramento.	27.03.2008

Valor Mínimo de Subscrição

O valor mínimo de subscrição de Quotas para novos investidores será equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Negociação das Quotas

As Quotas do Fundo poderão ser admitidas à negociação no mercado secundário, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo de serem negociadas por meio de transações privadas.

O Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na regulamentação aplicável.

Distribuição Pública das Quotas e Custos da Oferta

O Distribuidor foi contratado pelo Administrador para realizar a distribuição pública das Quotas sob regime de melhores esforços. Desta forma, as Quotas que não forem subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Primeira Emissão na CVM, serão canceladas pelo Administrador.

A colocação das Quotas será realizada no mercado de balcão não organizado, sob regime de melhores esforços, perante investidores considerados como qualificados nos termos da regulamentação em vigor, a serem indicados, pelo Administrador, ao Distribuidor.

O investidor poderá obter cópia do Contrato de Distribuição de Quotas do Fundo na sede do Administrador e/ou do Distribuidor, conforme endereços constantes da seção "Outras Informações" abaixo.

Os custos de distribuição da Oferta serão arcados pelo Fundo, sendo compostos pela taxa de fiscalização da CVM, no valor de R\$ 82.870,00 (oitenta e dois mil oitocentos e setenta reais), e da comissão do Distribuidor, no valor de R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais).

Outras Informações

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a Primeira Emissão, bem como exemplares do Prospecto, poderão ser obtidos junto ao Administrador, ao Distribuidor e na CVM, nos endereços indicados no final desta seção.

Comissão de Valores Mobiliários

Centro de Consulta da CVM - RJ
Rua 7 de Setembro, 111, 5º andar
CEP 20159-900 Rio de Janeiro – RJ

CVM - SP

Rua Cincinato Braga, 340 - 2º, 3º e 4º andares
Edifício Delta Plaza
CEP 01333-010 São Paulo – SP
Internet: www.cvm.gov.br

Administrador

Pátria Investimentos S.A.
Sócio responsável pelo Fundo perante a CVM: Alexandre Saigh
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2055, 7º andar
CEP 01452-001 São Paulo – SP
Tel.: (11) 3039-9000
Fax.: (11) 3039-9001
E-mail: marco.nicola@patriainvestimentos.com.br
Internet: www.patriainvestimentos.com.br

Distribuidor

Pentágono S.A. DTVM
Av. das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514

CEP 22631-003 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3385-4565
Fax.: (21) 3385-4046
E-mail: mrubeiro@pentagonotrustee.com.br
Internet: www.pentagonotrustee.com.br

Identificação do Auditor Independente e da Instituição contratada para prestar serviços de Custódia, Controladoria e de Valores Mobiliários Escriturais ao Fundo

Agente de Custódia, Controladoria e de Valores Mobiliários Escriturais

Banco Santander S.A.
Tel.: (11) 3012-5780
Rua Hungria, 1400
CEP 01455 000 São Paulo

Auditores Independentes

Deloitte Touch Tohmatsu Auditores Independentes
Tel.: (11) 5186-1000
Rua Alexandre Dumas, 1981
CEP 04717-906 São Paulo - SP

Declaração do Administrador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador declara que o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes. O Administrador declara, ainda, que as informações contidas no Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo uma tomada de decisão fundamentada a respeito do investimento no Fundo.

Declaração do Distribuidor

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Distribuidor declara que o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes. O Distribuidor declara, ainda, que as informações contidas no Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo uma tomada de decisão fundamentada a respeito do investimento no Fundo. Vide Anexo IV.

3. FATORES DE RISCO

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, política de investimento e composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

Competição por Investimentos

A atividade de identificação, conclusão, e realização de investimentos atrativos em participações (*Private Equity*) é altamente competitiva e envolve alto grau de incerteza. O Fundo enfrentará concorrência de outras entidades que possuam os mesmos objetivos de investimento, incluindo outros fundos de investimento em participações ou veículos de investimentos similares que atuem no Brasil. Outros fundos de investimentos com objetivos similares poderão ser formados por terceiros no futuro. Alguns desses concorrentes poderão apresentar experiência mais relevante e maior equipe de profissionais do que o Administrador, bem como maior volume de recursos financeiros do que o Fundo. A concorrência por investimentos poderá aumentar, reduzindo assim as oportunidades para o Fundo e afetando negativamente as condições nas quais os investimentos forem realizados. Não há garantia de que o Fundo sempre identificará e realizará investimentos satisfazendo os critérios de investimento adotados ou de que tais investimentos satisfarão a taxa de retorno adotada. Da mesma forma, não há garantia de que o Fundo realizará seus investimentos pela melhor avaliação ou que poderá sempre investir o capital comprometido. Considerando que o Fundo enfrentará concorrência por investimentos, o retorno de capital aos Quotistas pode ser reduzido.

Habilidade para Identificar Oportunidades de Investimentos

O Administrador tomará todas as decisões relativas aos investimentos do Fundo. O sucesso do Fundo dependerá da competência do Administrador em identificar e realizar investimentos apropriados e dispor deles de forma a gerar lucro. O Administrador conta com a prática e experiência dos seus sócios e diretores para realizar investimentos, assessoria e outros serviços ao Fundo. Na ocorrência de algum membro importante deixar a equipe de *Private Equity* do Administrador, poderá ocorrer um impacto negativo na capacidade de consumação dos objetivos de investimentos do Fundo. Não há garantia de que os sócios ou diretores, bem como certos membros importantes da equipe de *Private Equity* do Administrador continuarão a prestar serviços durante todo o Período de Investimento do Fundo.

Oportunidades de Investimento Não Especificadas

O Fundo iniciará suas atividades após a publicação do Anúncio de Início e na data deste Prospecto não há investimentos particularmente identificados. Os Quotistas deverão confiar na capacidade do Administrador de identificar, estruturar e realizar investimentos compatíveis com os objetivos e políticas de investimentos do Fundo. Poderá ocorrer que Fundo não encontre oportunidades atrativas suficientes para preencher seus objetivos de investimento. O sucesso do Fundo depende da capacidade do Administrador em identificar oportunidades de investimento, negociar e ajustar o fechamento de transações em termos aceitáveis e realizar em tempo os desinvestimentos dos ativos pertencentes à Carteira do Fundo.

Possibilidade de Identificar Número Limitado de Investimentos

O Fundo poderá participar de um número limitado de investimentos e, por consequência, o retorno total do Fundo pode ser afetado pela performance negativa de um único investimento. Não há garantia do grau de diversidade de Valores Mobiliários que irão compor a Carteira do Fundo, seja por tipo de ativos ou setor de atuação da Companhia Investida. Além disso, como não é esperado que todos os investimentos do Fundo resultem em uma performance satisfatória ou que retornem com lucro, para que o Fundo alcance resultados acima da média, ao menos um investimento deve ser bem sucedido.

Investimentos Minoritários e/ou Investimentos com Terceiros em Joint Ventures e Outros Veículos

O Fundo deverá ser acionista minoritário nas Companhias Investidas e, portanto, poderá não ter o direito de indicar diretores ou conselheiros e terá uma capacidade limitada de proteger seus interesses em tais companhias ou exercer influência na administração. Da mesma forma, o Fundo poderá investir em conjunto com terceiros por meio de *joint ventures* e outras companhias, possuindo participação acionária minoritária em tais investimentos. Nesses casos, o Fundo dependerá substancialmente dos administradores de tais Companhias Investidas, que podem incluir representantes de outros investidores com quem o Fundo ou seu Administrador não possui qualquer relação e com interesses que podem conflitar com os interesses do Fundo. Além disso, a realização de co-investimentos implica em adicionar riscos de terceiros, incluindo a possibilidade de terceiros acionistas incorrerem em dificuldades financeiras que gerem um impacto negativo em tal investimento, terem objetivos incompatíveis com os do Fundo ou atuarem de modo diverso aos objetivos do Fundo. O Fundo exercerá os direitos de acionista minoritário para a proteção de seus interesses. Contudo, não há garantia de que o Fundo poderá dispor de tais direitos ou que tais direitos sejam suficientes para defender os interesses do Fundo.

Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida

O Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, não admite o resgate de suas Quotas a qualquer momento. As amortizações parciais e/ou total das Quotas serão realizadas, a critério do Administrador, sempre no melhor interesse do Fundo, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos em Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do

valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo ou na data de liquidação do Fundo. Caso os Quotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Quotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos Compromissos de Investimento referentes à subscrição e integralização de suas Quotas e o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de quotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Quotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas.

Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários

Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Valores Mobiliários. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas integralizadas.

Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou de todos os Valores Mobiliários antes do planejado, há o risco de não haver comprador para tais Valores Mobiliários e/ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido devido à baixa liquidez no mercado, causando perda de patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos rendimentos, dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que sejam atribuídas aos Valores Mobiliários e ao retorno do investimento nas Companhias Investidas. A capacidade do Fundo de amortizar as Quotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

Não existência de Garantia de Rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Quotas do Fundo.

Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, mediante a participação em operações com opções que tenham como ativo subjacente Valores Mobiliários que integrem a

Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores às que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

RISCOS RELATIVOS AO SETOR DE ATUAÇÃO DA COMPANHIA INVESTIDA

Na data deste Prospecto, a Companhia de Investimento em Serviços de Rastreamento ("CISR") é a única Companhia Investida pertencente à carteira do Fundo. A CISR tem por objeto social a participação em sociedades empresárias que atuem ou invistam no setor de rastreamento de veículos e serviços correlatos.

A atuação no setor de rastreamento de veículos e serviços correlatos abrange, por exemplo, a prestação de serviços de gestão de riscos, gestão de frotas, monitoramento, rastreamento e localização de veículos; a prestação de serviços de desenvolvimento de produtos e serviços que tenham como objetivos prover soluções que incluam armazenamento de dados, controle, cadastro, atualização, monitoramento, acompanhamento, localização, gestão de bens móveis com aplicações em telemetria, segurança e logística; e a prestação de serviços de telecomunicações por satélite.

O mercado de atuação depende dos serviços de telecomunicações. Assim, uma falha ou mal funcionamento da rede de telecomunicações necessária ou o atraso na adoção de tecnologias e melhorias pode causar um impacto adverso aos negócios das empresas que atuam no setor, ao afetar a conectividade necessária à prestação dos serviços e os preços cobrados de clientes, já que os aumentos de custos podem não ser repassados de forma eficiente aos preços praticados.

Por se tratar de um mercado regulado pela Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações, mudanças na legislação e regulamentação aplicável ao setor podem afetar adversamente os negócios das empresas que nele atuam e, conseqüentemente, nos resultados da Companhia Investida.

Além disso, trata-se de um mercado altamente competitivo e sujeito a rápida evolução tecnológica. Qualquer incapacidade de concorrer de forma efetiva pode afetar de forma negativa os seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

A capacidade das empresas que atuam no setor manterem-se em uma posição de liderança no mercado depende da sua capacidade de desenvolver novas soluções ou de se adaptar a mudanças tecnológicas e de padrões de mercado, bem como de melhorar o desempenho de seus serviços e respectiva confiabilidade. A adaptação às mudanças tecnológicas pode envolver investimentos substanciais por parte das empresas, podendo afetar seus resultados operacionais e situação financeira.

Outros Riscos

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

4. PÁTRIA ECONOMIA REAL – FIP

PÁTRIA ECONOMIA REAL – FIP

Os termos utilizados nesta Seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes for atribuído no Regulamento e na Seção "Definições" deste Prospecto. Esta Seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, mas a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

Forma, Base Legal e Prazo de Duração

O Pátria Economia Real - Fundo de Investimento em Participações (o "Fundo"), constituído por seu administrador, Pátria Investimentos S.A., sob a forma de condomínio fechado, é regulado pela CVM e tem como base legal a Instrução CVM n.º 391/03, conforme alterada, estando adicionalmente sujeito aos termos e condições previstos em seu Regulamento.

O Fundo terá prazo de duração de 8 (oito) anos contados da data de registro na CVM, prazo este que poderá ser prorrogado mediante proposta do Administrador e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas.

Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento

O Fundo é destinado a um grupo restrito de investidores, considerados qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/04 (os subscritores de Quotas do Fundo em conjunto designados os "Quotistas").

O valor mínimo de subscrição inicial no Fundo será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Administração e Gestão do Fundo

Qualificação do Administrador

O Fundo será administrado e gerido pelo Pátria Investimentos S.A., sociedade com sede na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.055, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.145.646/0001-80, devidamente autorizado a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários pela CVM.

Renúncia do Administrador

O Administrador poderá renunciar à administração e à gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para indicar seu substituto (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze do Regulamento) ou decidir pela liquidação do Fundo, nos termos do item "*Substituição do Administrador*" abaixo, assembléia essa a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de encaminhamento da notificação de que trata este parágrafo. Independentemente do disposto neste parágrafo, na hipótese de renúncia, o Administrador continuará

obrigado a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que outra instituição venha a lhe substituir ou até que o Fundo seja liquidado, se for o caso, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração *pro rata temporis*. Exceto pelo disposto abaixo, na hipótese de renúncia, o Administrador não fará jus ao recebimento de quaisquer valores referentes à Taxa de Performance que não tiverem sido pagos até o momento em que o Administrador comunicar aos Quotistas que pretende renunciar à administração do Fundo.

Caso os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, promovam qualquer alteração no Regulamento que, sem anuência do Administrador, (i) restrinjam a realização e o acompanhamento dos investimentos de maneira conjunta com os demais fundos de investimento administrados/geridos pelo Administrador, ou (ii) inviabilizem o cumprimento das estratégias de investimento estabelecidas no Regulamento inicial do Fundo, ou (iii) sejam contrárias às políticas de investimento institucionais do Administrador, o Administrador poderá renunciar à administração do Fundo, ressalvado, neste caso, a manutenção dos direitos previstos nos itens 4.4, 4.5 e 4.6 do Regulamento.

Destituição do Administrador pelos Quotistas

Além das hipóteses de renúncia descritas na seção anterior, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze do Regulamento. A destituição do Administrador, por vontade exclusiva dos Quotistas, poderá ser realizada com justa causa ou sem justa causa.

Destituição por Justa Causa

Para os fins de que trata o Regulamento, será considerada justa causa a comprovação de que o Administrador (i) atuou com culpa, negligência, imprudência, imperícia, fraude ou violação, no desempenho de suas funções e responsabilidades como Administrador ou em qualquer outra forma de relacionamento com o Fundo; ou (ii) cometeu crime de fraude ou crime contra o sistema financeiro, ou ainda; (iii) foi impedido de exercer, temporária ou permanentemente, atividades no mercado de valores mobiliários brasileiro. Além das hipóteses previstas acima, a ocorrência de falência, recuperação judicial ou extrajudicial do Administrador também será considerada como justa causa. Na hipótese de destituição do Administrador por justa causa, este permanecerá no exercício de suas funções até ser substituído ou até a data de liquidação do Fundo, se for o caso, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração *pro rata temporis*. Caso a destituição se dê por descredenciamento pela CVM, o Administrador deixará o cargo no mesmo dia do referido descredenciamento, fazendo jus apenas à Taxa de Administração pelos serviços prestados até referida data. Caso os Quotistas ainda não tenham eleito substituto para o Administrador, a CVM poderá nomear um Administrador para ocupar o cargo até a eleição pelos Quotistas. Nessa situação, o Administrador não fará jus ao recebimento de quaisquer valores referentes à Taxa de Performance que não tiverem sido pagos até a data do fato que motivar o seu afastamento.

Destituição sem Justa Causa

A destituição do Administrador sem justa causa deverá ser precedida de envio, pelos Quotistas, ao Administrador, de uma notificação com, no mínimo, 50 (cinquenta) dias de antecedência da destituição, notificação esta que deve ter sido aprovada em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de que trata a Cláusula Quatorze do Regulamento. Na hipótese de destituição do Administrador sem justa causa, este permanecerá no exercício de suas funções até ser substituído ou até a data de liquidação do Fundo, se for o caso, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração *pro rata temporis*. Na hipótese de destituição do Administrador sem justa causa, o Administrador fará jus ao recebimento da Taxa de Performance Antecipada e da Taxa de Performance Complementar, conforme definidas, calculadas e devidas de acordo com o disposto nos itens 4.4, 4.5 e 4.6 do Regulamento.

Substituição do Administrador

A Assembléia Geral de Quotistas que for convocada para tratar das matérias previstas nos itens acima, deverá, obrigatoriamente, (i) indicar o substituto do Administrador, que terá até 50 (cinquenta) dias para assumir a administração do Fundo; ou (ii) decidir pela liquidação do Fundo. A deliberação da Assembléia Geral de Quotistas que indicar o substituto do Administrador deverá outorgar ao Administrador poder para liquidar o Fundo, caso seu substituto não assuma a administração do Fundo no prazo estipulado neste parágrafo.

Prestadores de Serviço do Fundo

Custódia, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo

A custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira é realizada por instituição devidamente qualificada a prestar serviços de custódia, o Banco Santander S.A. Os serviços prestados pelo Custodiante ao Fundo constituem encargos do Fundo.

Auditoria

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador.

Objetivo do Fundo

O objetivo do Fundo é obter retornos significativos e valorização de capital a longo prazo por meio de investimento em ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de uma ou mais companhias abertas ou fechadas, que atuem em, mas não se limitando a, setores de (i) serviços; (ii) agronegócios; (iii) saúde; (iv) infra-estrutura; (v) logística ou (vi) quaisquer outros em que o Brasil tenha vantagem competitiva, participando do bloco de controle de tais companhias em conjunto com

outros fundos de investimento administrados pelo Administrador, ou grupo de investidores agindo em conjunto, observados os termos e condições do Regulamento.

Investimentos do Fundo

O Fundo investirá em valores mobiliários de emissão de companhias abertas ou fechadas brasileiras, observado os limites de investimento por setor de atuação correspondente a até 25% (vinte e cinco por cento) do Capital Comprometido.

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários são realizados mediante a observância dos termos e condições indicados no Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão.

Requisitos Aplicáveis às Companhias Alvo

As Companhias Alvo deverão observar os seguintes requisitos:

- (i) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- (ii) constituição do conselho de administração e estabelecimento de um mandato unificado de 1 (um) ano para seus membros;
- (iii) disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão;
- (iv) adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) no caso de abertura do seu capital, obrigar-se-ão perante o Fundo a aderir a segmento especial de bolsa referidos no item 7.3 do Regulamento; e
- (vi) auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

Caberá ao Administrador a responsabilidade pela verificação da adequação das Companhias Alvo aos requisitos estipulados na Cláusula Sétima do Regulamento e a manutenção das condições durante o Período de Investimento. Em caso de descumprimento de qualquer dos requisitos, o Administrador levará tal fato ao conhecimento do Comitê de Investimento, bem como informar as medidas adotadas para sanar tal descumprimento.

Formação e Composição da Carteira

A Carteira do Fundo será composta por:

- (i) Valores Mobiliários das Companhias Investidas;
- (ii) rendimentos, dividendos e outras bonificações e remunerações que sejam atribuídas, durante o período de duração do Fundo, aos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (iii) (a) Certificados de Depósito Bancário das seguintes instituições financeiras, Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A., Banco Votorantim S.A., Banco ABN Amro Real S.A., Banco Citibank S.A., Banco Santander S.A. e Banco UBS Pactual S.A., (b) quotas de emissão de fundos de investimento, classe renda fixa e/ou referenciado DI, e/ou (c) títulos públicos federais, desde que mediante a observância do disposto no item 8.3 abaixo Regulamento.

Na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no subitem (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas, deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada chamada de capital;
- (ii) sem prejuízo do disposto no subitem anterior, até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou serão mantidos em caixa, no melhor interesse do Fundo;
- (iii) durante os períodos que compreendem o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador, a título de pagamento de Taxa de Administração, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou ser mantidos em caixa, no melhor interesse do Fundo, sendo que competirá exclusivamente ao Administrador decidir sobre a época e o valor de amortização das Quotas do Fundo, de acordo com o previsto na Cláusula Treze do Regulamento; e
- (iv) o Administrador poderá manter, a qualquer tempo, parcela correspondente a até 10% (dez por cento) do Capital Comprometido do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e do Regulamento.

Caso os investimentos do Fundo nas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no subitem (i) do parágrafo anterior, o Administrador convocará a Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre: (i) a prorrogação do referido prazo; (ii) a permanência dos recursos no caixa do Fundo ou aplicados em Outros Ativos; ou (iii) a restituição, aos Quotistas, dos valores já aportados

no Fundo mediante a integralização de suas Quotas e que sejam referentes aos investimentos originalmente programados e que não tenham se concretizado, valores estes corrigidos pelos rendimentos das aplicações nos Outros Ativos, se houver.

Os recursos do Fundo investidos em Outros Ativos deverão observar o limite de até (i) 60% (sessenta por cento) em cotas de um mesmo fundo de investimento classe Renda Fixa e/ou Referenciado DI regulado pela Instrução CVM nº. 409/204; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) em Certificados de Depósito Bancário das instituições financeiras acima; ou (iii) 100% (cem por cento) em títulos públicos federais.

O Fundo não realizará operações de empréstimo de qualquer natureza, exceto nas modalidades previstas na Instrução CVM nº. 406/04, desde que aprovadas pelo Comitê de Investimento, e somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, nas modalidades autorizadas pela CVM.

O investimento do Fundo em Valores Mobiliários de uma Companhia Investida poderá representar até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do Capital Comprometido do Fundo.

Período de Investimentos para a Formação da Carteira

O Fundo terá um Período de Investimento em Valores Mobiliários que se iniciará na data da Primeira Emissão e se estenderá por até 5 (cinco) anos ou até a integralização total das quotas subscritas, conforme estabelecido nos Compromissos de Investimento, o que ocorrer primeiro. O Período de Investimento poderá ser prorrogado por até 2 (dois) períodos adicionais de 1 (ano) ano cada, sendo a primeira prorrogação por deliberação do Comitê de Investimento e a segunda prorrogação, mediante proposta do Administrador, por deliberação da Assembléia Geral de Quotistas.

O Comitê de Investimento, por recomendação do Administrador, poderá encerrar o Período de Investimento antecipadamente.

Novos Aportes de Recursos

O Administrador poderá, após o término do Período de Investimento, exigir integralizações remanescentes a fim de realizar (i) o pagamento de despesas e responsabilidades do Fundo; e/ou (ii) novos investimentos nas Companhias Investidas, que serão destinados ao pagamento ou à constituição de reservas para pagamento:

- (i) de compromissos assumidos pelo Fundo perante a Companhia Investida e aprovados pelo Comitê de Investimento antes do término do Período de Investimento;
- (ii) dos custos de estruturação, viabilização e manutenção das operações das Companhias Investidas, inclusive tributos; e/ou

(iii) de aquisição de Valores Mobiliários emitidos por Companhias Investidas, com a finalidade de impedir diluição dos investimentos já realizados ou a perda de controle, conforme o caso, e desde que tal aquisição seja aprovada pelo Comitê de Investimento.

Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas

Patrimônio Autorizado e Patrimônio Inicial do Fundo

O Patrimônio Autorizado do Fundo será de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), e será composto por até 100.000 (cem mil) Quotas.

O Patrimônio Inicial do Fundo, após a Primeira Emissão, será formado por, no mínimo, 30.000 (trinta mil) quotas subscritas, e totalizar o valor de, no mínimo, R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

Direitos Patrimoniais

Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

Direito de Voto das Quotas

Será atribuído a cada Quota o direito a um voto na Assembléia Geral de Quotistas, observado o disposto no item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

Condições de Emissão e Subscrição de Quotas do Fundo

Emissões de Novas Quotas do Fundo, até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas por recomendação do Administrador e mediante aprovação da Assembléia.

O Administrador somente poderá distribuir Quotas do Fundo àqueles que se enquadrem e declarem estarem enquadrados nas condições de ingresso no Fundo por meio do Termo de Adesão, conforme previsto no item 13.9.1. do Regulamento.

No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Novas Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento; e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar que está ciente, (a) das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento do Fundo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

Integralização das Quotas do Fundo

As Quotas do Fundo serão integralizadas conforme solicitação do Administrador aos Quotistas, nos termos do Regulamento e do Compromisso de Investimento.

Na medida em que o Administrador identifique necessidades de recursos para investimento em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, se for o caso, e/ou para o pagamento de despesas e encargos do Fundo, os Quotistas serão chamados a aportar recursos no Fundo, mediante a integralização das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento.

O Administrador deverá encaminhar notificação por escrito, a cada um dos Quotistas, e com a antecedência prevista no respectivo Compromisso de Investimento, solicitando a integralização parcial ou total das Quotas originalmente subscritas pelos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento.

Ao receberem o Requerimento de Integralização, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador.

As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo respectivo preço de emissão, atualizado pelo IPCA, observado o disposto em cada Compromisso de Investimento firmado com os Quotistas do Fundo.

O Administrador entregará aos Quotistas recibo de integralização correspondente a cada integralização que seja realizada pelos Quotistas nos termos desta seção.

O procedimento disposto nos parágrafos anteriores será repetido a cada nova decisão de investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas, se for o caso, e/ou no caso de necessidade de recursos para o pagamento de despesas e encargos do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas subscritas tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

Os Quotistas, ao subscreverem suas Quotas, comprometer-se-ão a cumprir os termos do Regulamento e dos respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações, estando também sujeitos ao disposto no item “Inadimplência dos Quotistas” abaixo.

Negociação das Quotas

As Quotas do Fundo poderão ser admitidas à negociação no mercado secundário, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo de serem negociadas por meio de transações privadas, sempre mediante a observância do disposto nos parágrafos abaixo.

Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas no mercado secundário deverá aderir aos termos e condições do Regulamento, mediante a assinatura de termo de adesão preparado pelo Administrador.

Caso um Quotista alienante venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas antes do pagamento integral do Preço de Integralização das Quotas objeto da operação de alienação, nos termos do respectivo Compromisso de Investimento, tal operação de alienação somente será válida na hipótese do novo titular das Quotas assumir integralmente as obrigações previstas no Compromisso de Investimento em nome do Quotista alienante.

O Administrador deverá exigir a comprovação da qualificação do Quotista para proceder a transferência de titularidade de Quotas negociadas no mercado secundário.

Condições de Amortização e Resgate das Quotas

A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas.

O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, a seu exclusivo critério, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas integralizadas do Fundo, em benefício dos respectivos Quotistas, ressalvada a hipótese prevista no item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota para fins de pagamento de amortização será aquele correspondente ao valor do patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação.

Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediada o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento.

Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Ao final do prazo de duração do Fundo e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional após o pagamento de todas as exigibilidades e provisões do Fundo. Não havendo recursos para tanto, será adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de pagamento de amortização das Quotas do Fundo ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com o percentual integralizado por cada Quotista em relação ao valor total integralizado à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no subitem anterior, o Administrador deverá notificar os Quotistas, (a) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (b) informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio; e
- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo(s) Quotista(s) que detenha(m) a maioria das Quotas em circulação.

As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo serem segregadas daquelas do Administrador.

O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

O exercício social do Fundo encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano de seu prazo de duração.

As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Da Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo

Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades, inclusive as obrigações relativas a eventuais empréstimos que venham a ser celebrados pelo Fundo, nos termos do Regulamento.

No cálculo do valor da Carteira, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo, desde que não conflitem com as disposições do Regulamento. Inicialmente, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Valores Mobiliários ou Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas pro rata temporis, e deduzidas eventuais provisões de crédito;
- (ii) Valores Mobiliários de renda variável serão avaliados inicialmente pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor patrimonial, a critério do Administrador, devendo ser feitas reavaliações de tais Valores Mobiliários nos termos previstos no parágrafo seguinte; e
- (iii) quotas de fundos de investimento terão seu valor determinado pelo administrador do respectivo fundo.

Os Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez deverão ser reavaliados, conforme previsto no próximo parágrafo, nas seguintes situações:

- (i) periodicamente, sempre que o Administrador entender necessário;
- (ii) no período de 30 (trinta) dias imediatamente anterior ao início de processo de distribuição de Novas Quotas, por iniciativa do Administrador, caso esse entenda tal reavaliação necessária para fins de estruturação do processo de distribuição das referidas Novas Quotas;
- (iii) no prazo não superior a 60 (sessenta) dias imediatamente anterior à qualquer situação de fusão, cisão, incorporação ou liquidação do Fundo; e
- (iv) no prazo não superior a 60 (sessenta) dias imediatamente anterior à conclusão de processo de substituição do Administrador sem justa causa, ou de renúncia nos termos do item 3.4.1 do Regulamento.

Em qualquer das situações previstas no item anterior, a reavaliação dos Valores Mobiliários será feita com base em relatório de avaliação econômico-financeira utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado ("Estudo de Avaliação"). O Estudo de Avaliação deverá ser feito por empresa especializada na referida metodologia de avaliação de empresas, que deverá ser uma das maiores empresas de auditoria e/ou consultoria e/ou banco de investimento atuantes à época das ocorrências referidas acima ("Agente de Avaliação").

A escolha do Agente de Avaliação deverá ser feita em reunião do Comitê de Investimento dentre 3 (três) empresas indicadas pelo Administrador que atendam à qualificação indicada no parágrafo anterior. Caso os membros do Comitê de Investimento indicados acima não compareçam à reunião e/ou não cheguem à uma

conclusão sobre a aprovação de um dos três nomes indicados pelo Administrador, ficará a cargo do Administrador escolher um dos três nomes para ser o Agente de Avaliação. Uma vez definida a empresa que será o Agente de Avaliação, ficará a cargo do Administrador contratar tal empresa, às expensas do Fundo. O resultado do Estudo de Avaliação será aceito por todos os Quotistas e pelo Administrador e será válido para todos os fins de direito.

Inadimplência dos Quotistas

A ocorrência de qualquer descumprimento, total ou parcial, da obrigação do Quotista de aportar recursos no Fundo até a data especificada no Requerimento de Integralização, não sanada nos prazos previstos no parágrafo seguinte, resultará em uma ou mais das seguintes consequências ao Quotista Inadimplente, a serem exercidas a exclusivo critério do Administrador:

- (i) suspensão dos seus direitos de (a) voto nas Assembléias Gerais; (b) alienação ou transferência das suas quotas do Fundo; e/ou (c) recebimento de todas e quaisquer amortizações e todos os valores que lhe caberiam por ocasião da liquidação do Fundo;
- (ii) direito de alienação pelo Administrador das Quotas detidas pelo Quotista Inadimplente a qualquer terceiro, nos termos e condições do Compromisso de Investimento, a fim de obter recursos para pagamento dos valores devidos ao Fundo.

As consequências referidas no parágrafo anterior somente poderão ser exercidas pelo Administrador caso o respectivo descumprimento não seja sanado pelo Quotista Inadimplente no prazo de até 15 (quinze) dias, na hipótese dos subitens (i) e (ii), ou de até 60 (sessenta) dias, na hipótese do subitem (ii), a contar da data de aporte de recursos especificada no Requerimento de Integralização.

Qualquer débito em atraso do Quotista Inadimplente perante o Fundo será atualizado, a partir da data especificada para pagamento no Requerimento de Integralização até a data de quitação do débito, pela variação percentual acumulada do IPCA, além de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do débito corrigido.

Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas.

Se o Administrador realizar amortização de Quotas aos Quotistas do Fundo enquanto o Quotista Inadimplente for titular de Quotas do Fundo, os valores referentes à amortização devida ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização de suas Quotas.

Liquidação do Fundo e de seus Investimentos

A liquidação do Fundo será feita de uma das formas a seguir, a exclusivo critério do Administrador, sempre se levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Administrador, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item 13.7.4 do Regulamento.

Em qualquer caso, a liquidação de ativos será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao seu encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo;
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze do Regulamento; e/ou
- (iii) nos casos previstos na Cláusula Terceira do Regulamento.

O cálculo do valor dos Valores Mobiliários e Outros Ativos para fins de liquidação do Fundo deverá ser realizado observando-se os critérios estabelecidos no item "Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo" acima.

Assembléia Geral de Quotistas

As matérias de competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, bem como o quorum de instalação e aprovação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos na Cláusula Quatorze do Regulamento.

Comitê de Investimento

O Fundo terá um Comitê de Investimento, formado por 03 (três) membros eleitos pelos Quotistas, escolhidos dentre pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, podendo ser eleitos, inclusive, funcionários, diretores e representantes dos Quotistas ou do Administrador.

Os membros do Comitê de Investimento terão mandato pelo prazo de duração do Fundo, e poderão renunciar ao cargo ou ser substituídos antes do término de tal prazo.

Os membros do Comitê de Investimento serão eleitos de acordo com o seguinte procedimento:

- (i) 02 (dois) membros indicado pelo Administrador; e
- (ii) 01 (um) membro eleito pela Assembléia Geral de Quotistas.

O Comitê de Investimento terá como funções básicas, sem prejuízo de outras previstas no Regulamento:

- (i) acompanhar o desempenho do Fundo e das Companhias Investidas; e
- (ii) discutir, analisar e decidir por submeter à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, a prorrogação ou encerramento antecipado do Período de Investimento eventualmente proposto pelo Administrador.

Os membros do Comitê de Investimento reunir-se-ão sempre que necessário, atendendo a convocação por escrito ou por e-mail, feita com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, a pedido do Administrador ou qualquer de seus membros. A convocação será dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Comitê de Investimento.

As reuniões do Comitê de Investimento serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes, de forma física ou remota, na respectiva reunião.

Será permitido a qualquer membro do Comitê de Investimento votar nas reuniões por qualquer meio remoto que permita ao respectivo membro manifestar, seja por meio de vídeo conferência, telefone, fax ou e-mail, sua intenção de voto de maneira clara e expressa aos demais membros que estiverem presentes à reunião.

Para o bom desempenho do Comitê de Investimento, o Administrador enviará aos seus membros o material necessário à avaliação da(s) ordem(ns) do dia de cada reunião do Comitê de Investimento com prazo de até 5 (cinco) dias úteis de antecedência à realização da reunião.

Das reuniões do Comitê de Investimento serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros a elas presentes.

Os membros do Comitê de Investimento não receberão qualquer remuneração pelo exercício de suas funções.

Os membros do Comitê de Investimento deverão informar ao Administrador, o qual deverá informar aos Quotistas, qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o Fundo, quando será observado, no que couber, o disposto no item "Partes Ligadas e Situações de Conflitos de Interesse" abaixo.

Partes Ligadas e Situações de Conflitos de Interesses

Para os fins do Regulamento, são consideradas Partes Ligadas ao Administrador ou a qualquer Quotista do Fundo:

- (i) qualquer pessoa natural ou jurídica que participe com 10% ou mais do capital social do Administrador ou de qualquer Quotista, conforme o caso, direta ou indiretamente; ou
- (ii) qualquer pessoa jurídica (exceto fundos de investimento) em que o Administrador, um Quotista ou qualquer das pessoas elencadas no subitem (i) acima participem com 10% ou mais do capital social, direta ou indiretamente.

Será permitido às Partes Ligadas investir no Fundo, bem como atuar como prestadores de serviços do Fundo, cujos contratos deverão ser celebrados em bases comutativas, observado o disposto no Regulamento.

Qualquer transação entre (i) o Fundo e Partes Ligadas; (ii) o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador; ou (iii) as Partes Ligadas e as Companhias Alvo ou Companhias Investidas deverá ser levada para aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, observado as exceções previstas neste item.

Salvo aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Quotistas reunidos em assembléia geral, é vedada a aplicação de recursos do Fundo em Valores Mobiliários de Companhias Alvo nas quais participem:

- (i) o Administrador e qualquer Parte Ligada ao Administrador, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) os membros do Comitê de Investimento e Quotistas titulares de quotas representativas de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (iii) quaisquer das pessoas mencionadas nos incisos anteriores que:

- (a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
- (b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes do primeiro investimento por parte do Fundo.

Salvo aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Quotistas, é igualmente vedada a realização de operações, pelo Fundo, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas nos subitens (i) e (ii) do parágrafo anterior, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelo Administrador, quando houver.

Os contratos de prestação de serviços entre o Administrador (ou qualquer Parte Ligada ao Administrador) e as Companhias Investidas poderão ser celebrados sem a necessidade de aprovação pela Assembléia Geral de Quotistas, desde que tenham por objeto:

- (i) o apoio à gestão das Companhias Investidas, cujos valores não ultrapassem 1,0% (um por cento) ao ano do montante total de investimentos comprometidos e/ou integralizados pelo Fundo e pelos outros fundos de investimento administrados pelo Administrador na respectiva Companhia Investida; e/ou
- (ii) a assessoria financeira em operações de fusões, aquisições e joint-ventures envolvendo qualquer Companhia Investida, cujos valores não ultrapassem 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do valor da operação, a título de comissão de sucesso, e desde que em condições usuais de mercado vigentes à época.

Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo

O Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador ou pelo Comitê de Investimento sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos das Companhias Investidas.

O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

- (i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:
 - (a) valor do patrimônio líquido do Fundo; e
 - (b) número de quotas emitidas.

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o término dos períodos encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários e Outros Ativos que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto no Regulamento e na regulamentação aplicável;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a indicação da instituição custodiante e eventuais outras instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com o Regulamento ou com relatórios e documentos protocolados na CVM.

Taxas e Encargos do Fundo

Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador fará jus à remuneração que contemplará uma Taxa de Administração e uma Taxa de Performance, as quais serão calculadas, provisionadas e pagas de acordo com o disposto abaixo:

Taxa de Administração

A Taxa de Administração será calculada, provisionada e paga considerando-se dois períodos distintos, na forma descrita a seguir:

- (i) no primeiro período de cobrança da Taxa de Administração, que terá duração desde a data da Primeira Emissão até o encerramento do Período de Investimento, a Taxa de Administração será equivalente a (a) 1% (um por cento) ao ano, calculada sobre o valor do Capital Comprometido, deduzido do Capital

Integralizado, atualizado anualmente pela variação do IPCA; mais (b) 2% (dois por cento) ao ano, calculada sobre o valor do Capital Integralizado, e em ambos os casos provisionada diariamente, por dia útil, e paga mensalmente no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados pelo Administrador; e

(ii) no segundo período de cobrança da Taxa de Administração, que se iniciará no dia útil seguinte ao encerramento do Período de Investimento e terminará na data de encerramento do Fundo, a Taxa de Administração será equivalente a 2% (dois por cento) ao ano, calculada sobre o valor do Capital Integralizado, atualizado anualmente pela variação do IPCA, e será provisionada diariamente, por dia útil, e paga mensalmente no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados pelo Administrador. Em caso de desinvestimento integral realizado pelo Fundo em uma determinada Companhia Investida, o montante utilizado pelo Fundo na aquisição dos Valores Mobiliários da respectiva Companhia Investida deverá ser descontado do Capital Integralizado para efeito de cálculo de Taxa de Administração.

Cobrança Normal de Taxa de Performance

O Administrador não fará jus a qualquer pagamento de Taxa de Performance até a data em que os Quotistas recebam, por meio de pagamento de amortizações, parciais ou totais, ou de resgate, na hipótese de liquidação, de suas Quotas, valores em moeda corrente nacional e/ou em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos, que correspondam ao somatório do Capital Integralizado, corrigido mensalmente pelo IPCA, acrescido do Custo de Oportunidade e deduzido dos valores restituídos aos Quotistas a título de amortização parcial de suas Quotas, na data de cada tal pagamento de amortização. Para todos os meses de atualização do Capital Integralizado, desde a respectiva data de integralização, será utilizada a variação acumulada do IPCA do mês anterior, calculada *pro rata temporis*.

Depois de cumpridos os requisitos descritos no parágrafo anterior, quaisquer outras distribuições de ganhos e rendimentos do Fundo resultantes de seus investimentos, e/ou de Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos, observarão a seguinte proporção: (i) 80% (oitenta por cento) serão entregues aos Quotistas a título de pagamento de amortização de suas Quotas; e (ii) 20% (vinte por cento) serão entregues ao Administrador a título de pagamento de Taxa de Performance.

Será considerado como base de cálculo da Taxa de Performance o investimento total realizado por cada Quotista no Fundo, mediante a integralização de Quotas.

Exclusivamente na hipótese de ocorrência do evento descrito no item 13.7.4 do Regulamento, o pagamento da Taxa de Performance será realizado mediante a entrega de Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos.

Cobrança de Taxa de Performance na Hipótese de Renúncia, Destituição Sem Justa Causa e de Fusão, Cisão ou Incorporação do Fundo Sem Anuência do Administrador

Na hipótese de (i) destituição sem justa causa do Administrador, (ii) renúncia do Administrador nos termos do item 3.4.1 do Regulamento, ou (iii) deliberação de fusão, cisão ou incorporação do Fundo por vontade

exclusiva dos Quotistas, sem anuência do Administrador, será devida ao Administrador uma taxa de performance calculada de acordo com a seguinte fórmula (“Taxa de Performance Antecipada”):

$$TPD = 20\% \times [(VPLA + A) - CIA], \text{ onde}$$

TPD = Taxa de Performance Antecipada, devida ao Administrador na data de sua efetiva substituição sem justa causa; renúncia do Administrador, nos termos do item 3.4.1, ou da deliberação da Assembléia Geral de Quotistas que aprovar a fusão, cisão ou incorporação do Fundo, em moeda corrente nacional e/ou em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos;

VPLA = valor do patrimônio líquido do Fundo apurado de acordo com o critério da Cláusula Dezessete deste Regulamento, no 5º (quinto) dia útil anterior à data de deliberação da destituição do Administrador, sem justa causa, da renúncia do Administrador ou da deliberação de fusão, cisão ou incorporação do Fundo pela Assembléia Geral de Quotistas;

A = somatório de eventuais valores distribuídos aos Quotistas do Fundo a título de amortização de suas Quotas, nos termos do item “Cobrança Normal da Taxa de Performance” acima, desde a data de constituição do Fundo e até o 5º (quinto) dia útil anterior à data de deliberação da destituição do Administrador, sem justa causa, da renúncia do Administrador ou deliberação de fusão, cisão ou incorporação do Fundo pela Assembléia Geral de Quotistas, valores estes devidamente corrigidos pelo IPCA e acrescido do Custo de Oportunidade;

CIA = Capital Integralizado corrigido pelo IPCA e acrescido do Custo de Oportunidade a partir da data de cada integralização de Quotas até o 5º (quinto) dia útil anterior à data de deliberação da destituição do Administrador, sem justa causa, da renúncia do Administrador ou deliberação de fusão, cisão ou incorporação do Fundo pela Assembléia Geral de Quotistas.

Cobrança de Taxa de Performance Complementar na Hipótese de Destituição Sem Justa Causa, Liquidação do Fundo ou Liquidação Injustificada

Observado o disposto no parágrafo abaixo, na hipótese de (i) destituição sem justa causa do Administrador, (ii) renúncia do Administrador, nos termos do item 3.4.1 do Regulamento, (iii) liquidação do Fundo em virtude da destituição sem justa causa do Administrador, e/ou, (iv) de fusão, cisão, incorporação ou liquidação do Fundo por deliberação exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, de acordo com o disposto na Cláusula Quatorze do Regulamento, e, neste caso, desde que o Administrador não tenha proposto a referida fusão, cisão, incorporação ou liquidação, o Administrador também fará jus à uma taxa de performance complementar (“Taxa de Performance Complementar”), caso, no prazo de 12 (doze) meses contados de eventual data de substituição do Administrador em caso de destituição sem justa causa ou de renúncia, nos termos do item 3.4.1 do Regulamento e/ou fusão, cisão, incorporação ou liquidação do Fundo nos termos dos subitens (iii) e (iv) acima (o “Evento”), o Fundo e/ou quaisquer Quotistas do Fundo à época do Evento (os “Quotistas Alienantes”) realizem a venda direta ou indireta de parte e/ou da totalidade dos Valores Mobiliários que faziam parte integrante da Carteira do Fundo à época do

Evento ("Venda dos Valores Mobiliários"), com base em valor superior ao valor atribuído aos mesmos Valores Mobiliários na avaliação do patrimônio líquido do Fundo ("Valor Inicial de Atribuição") para fins de cálculo da Taxa de Performance e/ou da Taxa de Performance Antecipada nos termos deste Regulamento.

Na hipótese do Fundo não realizar o desinvestimento total dos Valores Mobiliários da Carteira até o final do prazo de duração do Fundo previsto no item 1.2 acima e a liquidação ocorrer na forma prevista no item 13.7.4 abaixo, os Quotistas do Fundo à época estarão sujeitos ao pagamento da Taxa de Performance Complementar ao Administrador, nos termos do item 4.5.3 abaixo, pelo prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses após a referida data de liquidação do Fundo, caso realizem a venda direta ou indireta de parte e/ou da totalidade dos Valores Mobiliários que receberam como pagamento do resgate de suas Quotas, com base em valor superior ao valor atribuído aos mesmos Valores Mobiliários na avaliação do patrimônio líquido do Fundo para fins de cálculo do pagamento do resgate das Quotas. O prazo de 48 (quarenta e oito) meses referido neste item será reduzido proporcionalmente em caso de prorrogação do prazo de duração do Fundo deliberado pela Assembléia Geral de Quotistas.

A Taxa de Performance Complementar será o montante, em reais, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor bruto correspondente à (i) diferença existente entre o valor obtido na Venda dos Valores Mobiliários e o Valor Inicial de Atribuição, conforme o caso, acrescido de (ii) eventuais valores brutos distribuídos ao Fundo e/ou aos Quotistas Alienantes à título de dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital, rendimentos e/ou quaisquer outras bonificações atribuídos aos Valores Mobiliários, durante o período compreendido entre a data do Evento e a data da Venda dos Valores Mobiliários pelo Fundo e/ou pelos Quotistas Alienantes; e descontado da (iii) variação acumulada do IPCA, acrescida de custo de oportunidade correspondente a 6% (seis por cento) ao ano, sobre o Valor Inicial de Atribuição, calculada desde a data do Evento até a data da Venda dos Valores Mobiliários pelo Fundo e/ou pelos Quotistas Alienantes..

O pagamento da Taxa de Performance Complementar, que será devido pelo Fundo na hipótese de o Fundo ter realizado a Venda dos Valores Mobiliários e/ou pelos Quotistas Alienantes na hipótese destes terem realizado a Venda dos Valores Mobiliários, será realizado na mesma forma, proporção e prazo de pagamento fixados na Venda dos Valores Mobiliários, devendo a Taxa de Performance Complementar ser paga pelo comprador diretamente ao Administrador.

Exclusivamente na hipótese de ocorrência do evento descrito no item 13.7.4 do Regulamento, o pagamento da Taxa de Performance Antecipada e da Taxa de Performance Complementar poderá ser realizado mediante a entrega de Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos.

Outros Encargos

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Ações integrantes da Carteira do Fundo;

- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas no Regulamento e na regulamentação;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (x) taxas de controladoria e de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (xi) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada;
- (xii) despesas com taxas cobradas pelos mercados onde as Quotas do Fundo estiverem listadas para negociação, se for o caso;
- (xiii) despesas relativas a eventuais operações de empréstimo ou no mercado de derivativos, nas modalidades autorizadas pela CVM, se for o caso; e
- (xiv) quaisquer despesas na elaboração e entrega dos documentos referidos nos subitens (vi) e (vii) do item 5.1 do Regulamento.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze do Regulamento.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido subcontratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance.

Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira do Fundo é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de Valores Mobiliários das Companhias Investidas, não listadas em bolsa de valores, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

IOF/Títulos

As operações com as Quotas do Fundo podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (i) a residência dos Quotistas do Fundo: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de

rendimento e a sua conseqüente tributação: (a) a cessão ou alienação de Quotas; (b) o resgate de Quotas do Fundo; e (c) a amortização de Quotas do Fundo.

I. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade ("Paraíso Fiscal").

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas do Fundo ou cujas Quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

II.b Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil.

Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

Pátria Investimentos S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2055, 7º andar

Tel.: (11) 3039-9000

Fax.: (11) 3039-9001

CEP 01452-001 São Paulo - SP

e-mail: nemer.rahall@patriainvestimentos.com.br

5. ANEXOS

Anexo I ao Prospecto
Cópia do Instrumento de Deliberação de Constituição do Fundo

DELIBERAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DO
“PÁTRIA ECONOMIA REAL – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES”

Por este instrumento particular, **PÁTRIA INVESTIMENTOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.055, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.145.646/0001.80, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social (“Administrador”), nos termos da legislação e regulamentação vigentes,

RESOLVE:

1. Constituir o **“PÁTRIA ECONOMIA REAL – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES”** (“Fundo”), sob a forma de condomínio fechado, regido pelo regulamento anexo e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, em especial a Instrução n.º 391, de 16 de julho de 2003, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).
2. Aceitar o desempenho das funções de instituição administradora do Fundo, na forma do regulamento anexo.
3. Contratar (i) o Banco Santander S.A. para a prestação de serviços de custódia, controladoria e contabilidade de ativos da carteira do Fundo e tesouraria; (ii) a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, empresa de auditoria, para prestar serviços de auditoria independente para o Fundo; e (iii) a Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., para prestar serviços de distribuição das quotas do Fundo (“Distribuidor”).
4. Aprovar o inteiro teor do regulamento do Fundo, conforme documento anexo (“Regulamento”).
5. Deliberar sobre a primeira emissão de quotas do Fundo, a ser composta por até 60.000 (sessenta mil) quotas (a “Primeira Emissão” e as “Quotas”, respectivamente). As Quotas terão preço unitário de emissão correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando o montante de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) (“Preço de Emissão”).
6. As Quotas da Primeira Emissão serão objeto de colocação pública, pelo Distribuidor, devendo ser subscritas e integralizadas de acordo com os termos e



ala Designada
PAULO - CAPITAL

condições do Regulamento e do Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Integralização a ser celebrado entre o(s) subscritor(es) das Quotas e o Administrador.

7. Esta deliberação e o Regulamento, deverão ser registrados no Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e, em seguida, submetidas à apreciação da CVM.

São Paulo, 19 de setembro de 2007.

PÁTRIA INVESTIMENTOS S.A.

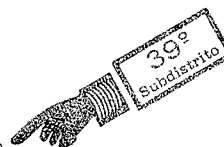
Luiz Otávio Reis de Magalhães

Luiz Otavio Reis de Magalhães
Diretor



Nemer Rahal Neto

Nemer Rahal Neto
Diretor



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DO 39° SUBDISTRITO VILA MADALENA - CAPITAL SP
Av. Brig. Faria Lima 1675 - CEP: 145-001 - Fone: (11) 3-19.9900 / 1816-7700
Marta Aparecida Guarná Navaró
Oficial Designada

Reconheço por semelhança as firmas de: LUIZ OTAVIO REIS DE MAGALHÃES e NEMER RAHAL NETO em documento com valor econômico, com fé.
São Paulo, 24 de Setembro de 2007.
Em testemunho da verdade.

VALIDO EM TODAS AS Cidades - PREPOSTA

Firma 1072AA135154



Anexo II ao Prospecto

Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto

Este Regulamento é parte integrante da Deliberação de Constituição do Pátria Economia Real – Fundo de Investimento em Participações, datada de 19 de setembro de 2007.

“REGULAMENTO DO PÁTRIA ECONOMIA REAL – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

- 1.1. O Pátria Economia Real - Fundo de Investimento em Participações (o “Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.
- 1.2. O Fundo terá prazo de duração de 8 (oito) anos contados da data de registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), prazo este que poderá ser prorrogado por até 2 (dois) períodos adicionais de 2 (dois) anos, mediante proposta do Administrador, por deliberação da Assembléia Geral de Quotistas.
- 1.3. O patrimônio do Fundo será representado por 1 (uma) classe de quotas (“Quotas”).
- 1.4. As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, remuneração, amortização e resgate das Quotas são definidos por este Regulamento.

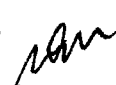
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PÚBLICO ALVO

- 2.1. O Fundo é destinado a um grupo restrito de investidores, considerados qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/04, conforme alterada, (os subscritores de Quotas do Fundo em conjunto designados os “Quotistas”).
- 2.2. O valor mínimo de subscrição no Fundo será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADMINISTRADOR E OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

QUALIFICAÇÃO DO ADMINISTRADOR

- 3.1. O Fundo será administrado e gerido pelo Pátria Investimentos S.A., sociedade com sede na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.055, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.145.646/0001-80 (o “Administrador”),



devidamente autorizado a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários pela CVM.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

3.2. Os serviços de tesouraria, contabilização e custódia serão contratados pelo Administrador, em nome do Fundo, com instituição legalmente habilitada, na forma da regulamentação aplicável.

3.3. Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos deste Regulamento, inclusive, mas não se limitando, ao disposto nas Cláusulas Sétima e Oitava abaixo, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e à gestão do Fundo e para exercer os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembléias gerais e/ou especiais das Companhias Investidas, de qualquer natureza e/ou assembléias gerais de quotistas de fundos de investimentos cujas quotas venham a compor a Carteira do Fundo.

RENÚNCIA DO ADMINISTRADOR

3.4. O Administrador poderá renunciar à administração e à gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para indicar seu substituto (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze deste Regulamento) ou decidir pela liquidação do Fundo, nos termos do item 3.6 abaixo, assembléia essa a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de encaminhamento da notificação de que trata este item. Independentemente do disposto neste item, na hipótese de renúncia, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que outra instituição venha a lhe substituir ou até que o Fundo seja liquidado, se for o caso, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração *pro rata temporis*. Exceto pelo disposto no item 3.4.1 abaixo, na hipótese de renúncia, o Administrador não fará jus ao recebimento de quaisquer valores referentes à Taxa de Performance que não tiverem sido pagos até o momento em que o Administrador comunicar aos Quotistas que pretende renunciar à administração do Fundo.

3.4.1. Caso os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, promovam qualquer alteração neste Regulamento que, sem anuência prévia do Administrador, (i) restrinjam a realização e o acompanhamento dos investimentos de maneira conjunta com os demais fundos de investimento administrados/geridos pelo Administrador, (ii) inviabilizem o cumprimento das estratégias de investimento estabelecidas no Regulamento inicial do Fundo, ou (iii) sejam contrárias às políticas de investimento institucionais do Administrador, o Administrador poderá renunciar à administração do Fundo, ressalvado, neste caso, a manutenção dos direitos previstos nos itens 4.4, 4.5 e 4.6 abaixo.



DESTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR PELOS QUOTISTAS

3.5. Além da hipótese de renúncia descrita nos itens 3.4 e 3.4.1 acima, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze abaixo. A destituição do Administrador em razão do seu descredenciamento por parte da CVM será considerada como justa causa, e a destituição do Administrador por vontade exclusiva dos Quotistas, poderá ser realizada com justa causa ou sem justa causa.

DESTITUIÇÃO POR JUSTA CAUSA

3.5.1. Para os fins de que trata esse Regulamento, será considerada justa causa a comprovação de que o Administrador (i) atuou com imprudência, imperícia, fraude ou violação, no desempenho de suas funções e responsabilidades como Administrador, devidamente comprovada por sentença arbitral, nos termos do item 20.5 abaixo; ou (ii) cometeu crime de fraude ou crime contra o sistema financeiro, devidamente comprovado em processo judicial transitado em julgado, ou ainda; (iii) foi impedido de exercer, temporária ou permanentemente, atividades no mercado de valores mobiliários brasileiro. Além das hipóteses previstas acima, a ocorrência de falência, recuperação judicial ou extrajudicial do Administrador também será considerada como justa causa. Na hipótese de destituição do Administrador por justa causa, este permanecerá no exercício de suas funções até ser substituído ou até a data de liquidação do Fundo, se for o caso, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração, *pro rata temporis*. Caso a destituição se dê por descredenciamento pela CVM, o Administrador deixará o cargo no mesmo dia do referido descredenciamento, fazendo jus apenas à Taxa de Administração pelos serviços prestados até referida data. Caso os Quotistas ainda não tenham eleito substituto para o Administrador, a CVM poderá nomear um Administrador para ocupar o cargo até a eleição pelos Quotistas. Nessas situações, o Administrador não fará jus ao recebimento de quaisquer valores referentes à Taxa de Performance que não tiverem sido pagos até a data do fato que motivar o seu afastamento.

DESTITUIÇÃO SEM JUSTA CAUSA

3.5.2. A destituição do Administrador sem justa causa deverá ser precedida de envio, pelos Quotistas, ao Administrador, de uma notificação com, no mínimo, 50 (cinquenta) dias de antecedência da destituição, notificação esta que deve ter sido aprovada em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de que trata a Cláusula Quatorze deste Regulamento. Na hipótese de destituição do Administrador sem justa causa, este permanecerá no exercício de suas funções até ser substituído ou até a data de liquidação do Fundo, se for o caso, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração *pro rata temporis*. Na hipótese de destituição do Administrador sem justa causa, o Administrador fará jus ao recebimento da Taxa de Performance Antecipada e da Taxa de Performance Complementar, conforme definidas, calculadas e devidas de acordo com o disposto nos itens 4.4, 4.5 e 4.6 abaixo.



SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR

3.6. A Assembléia Geral de Quotistas que for convocada para tratar das matérias previstas nos itens 3.4 ou 3.5 acima, deverá, obrigatoriamente, (i) indicar o substituto do Administrador, que terá até 50 (cinquenta) dias para assumir a administração do Fundo; ou (ii) decidir pela liquidação do Fundo. A deliberação da Assembléia Geral de Quotistas que indicar o substituto do Administrador deverá outorgar ao Administrador poder para liquidar o Fundo, caso seu substituto não assuma a administração do Fundo no prazo estipulado neste item 3.6.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

4.1. Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador fará jus à remuneração que contemplará uma taxa de administração (“Taxa de Administração”) e uma taxa de performance (“Taxa de Performance”), as quais serão calculadas, provisionadas e pagas de acordo com o disposto nesta Cláusula.

COBRANÇA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

4.2. A Taxa de Administração será calculada, provisionada e paga considerando-se dois períodos distintos, na forma descrita a seguir:

(i) no primeiro período de cobrança da Taxa de Administração, que terá duração desde a data da Primeira Emissão até o encerramento do Período de Investimento, a Taxa de Administração será equivalente a (a) 1% (um por cento) ao ano, calculada sobre o valor do Capital Comprometido, deduzido do Capital Integralizado, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; mais (b) 2% (dois por cento) ao ano, calculada sobre o valor do Capital Integralizado, e em ambos os casos provisionada diariamente, por dia útil, e paga mensalmente no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados pelo Administrador; e

(ii) no segundo período de cobrança da Taxa de Administração, que se iniciará no dia útil seguinte ao encerramento do Período de Investimento e terminará na data de encerramento do Fundo, a Taxa de Administração será equivalente a 2% (dois por cento) ao ano, calculada sobre o valor do Capital Integralizado, atualizado anualmente pela variação do IPCA, e será provisionada diariamente, por dia útil, e paga mensalmente no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados pelo Administrador. Em caso de desinvestimento integral realizado pelo Fundo em uma determinada Companhia Investida, o montante utilizado pelo Fundo na aquisição dos Valores Mobiliários da respectiva Companhia Investida deverá ser descontado do Capital Integralizado para efeito de cálculo de Taxa de Administração.

4.3. O Administrador não fará jus a qualquer recebimento de Taxa de Performance até a data em que os Quotistas recebam, por meio de pagamento de amortizações, parciais ou totais, ou de resgate, na hipótese de liquidação, de suas Quotas, valores em moeda corrente nacional e/ou em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos (na hipótese prevista no item 13.7.4 abaixo), que correspondam ao somatório do Capital Integralizado, corrigido mensalmente pelo IPCA, acrescido de custo de oportunidade correspondente a 6% (seis por cento) ao ano ("Custo de Oportunidade"), e deduzido dos valores restituídos aos Quotistas a título de amortização parcial de suas Quotas, na data de cada tal pagamento de amortização. Para todos os meses de atualização do Capital Integralizado, desde a respectiva data de integralização, será utilizada a variação acumulada do IPCA do mês anterior, calculada *pro rata temporis*.

4.3.1. Depois de cumpridos os requisitos descritos no item 4.3 acima, quaisquer outras distribuições de ganhos e rendimentos do Fundo resultantes de seus investimentos, e/ou de Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos (na hipótese descrita no item 13.7.4 deste Regulamento), observarão a seguinte proporção: (i) 80% (oitenta por cento) serão entregues aos Quotistas a título de pagamento de amortização de suas Quotas; e (ii) 20% (vinte por cento) serão entregues ao Administrador a título de pagamento de Taxa de Performance.

4.3.2. Será considerado como base de cálculo da Taxa de Performance o investimento total realizado por cada Quotista no Fundo, mediante a integralização de Quotas, observado o disposto no item 4.3 acima.

4.3.3. O pagamento da Taxa de Performance será realizado mediante a entrega de valores em moeda corrente nacional ou, exclusivamente na hipótese de ocorrência do evento descrito no item 13.7.4 deste Regulamento, em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos, sendo sempre nos mesmos ativos, forma e proporção das amortizações e/ou resgates que derem causa ao pagamento de referida Taxa de Performance.

COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE NA HIPÓTESE DE RENÚNCIA, DESTITUIÇÃO SEM JUSTA CAUSA E DE FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO DO FUNDO SEM ANUÊNCIA DO ADMINISTRADOR

4.4. Na hipótese de (i) destituição sem justa causa do Administrador, nos termos do item 3.5.2. acima, (ii) renúncia do Administrador, nos termos do item 3.4.1 acima, ou (iii) deliberação de fusão, cisão ou incorporação do Fundo por vontade exclusiva dos Quotistas, sem anuência do Administrador, será devida ao Administrador uma taxa de performance calculada de acordo com a seguinte fórmula ("Taxa de Performance Antecipada"):

$$TPD = 20\% \times [(VPLA + A) - CIA], \text{ onde}$$

TPD = Taxa de Performance Antecipada, devida ao Administrador na data de sua efetiva substituição sem justa causa; renúncia do Administrador, nos termos do item 3.4.1 acima; ou da deliberação da Assembléia Geral de Quotistas que aprovar a fusão, cisão ou

incorporação do Fundo, em moeda corrente nacional e/ou em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos;

VPLA = valor do patrimônio líquido do Fundo apurado de acordo com o critério da Cláusula Dezessete deste Regulamento, no 5° (quinto) dia útil anterior à data de deliberação da destituição do Administrador, sem justa causa, da renúncia do Administrador ou da deliberação de fusão, cisão ou incorporação do Fundo pela Assembléia Geral de Quotistas;

A = somatório de eventuais valores distribuídos aos Quotistas do Fundo a título de amortização de suas Quotas, nos termos do item 4.3 acima, desde a data de constituição do Fundo e até o 5° (quinto) dia útil anterior à data de deliberação da destituição do Administrador, sem justa causa, da renúncia do Administrador ou deliberação de fusão, cisão ou incorporação do Fundo pela Assembléia Geral de Quotistas, valores estes devidamente corrigidos pelo IPCA e acrescido do Custo de Oportunidade;

CIA = Capital Integralizado corrigido pelo IPCA e acrescido do Custo de Oportunidade a partir da data de cada integralização de Quotas até o 5° (quinto) dia útil anterior à data de deliberação da destituição do Administrador, sem justa causa, da renúncia do Administrador ou deliberação de fusão, cisão ou incorporação do Fundo pela Assembléia Geral de Quotistas.

COBRANÇA DE TAXA DE PERFORMANCE COMPLEMENTAR

4.5. Observado o disposto no item 4.5.1 abaixo, na hipótese de (i) destituição sem justa causa do Administrador, nos termos do item 3.5.2 acima, (ii) renúncia do Administrador, nos termos do item 3.4.1 acima, (iii) liquidação do Fundo nos termos do item 3.6 acima, em virtude da destituição sem justa causa do Administrador, e/ou (iv) de fusão, cisão, incorporação ou liquidação do Fundo por deliberação exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, de acordo com o disposto na Cláusula Quatorze, e, neste caso, desde que o Administrador não tenha proposto a referida fusão, cisão, incorporação ou liquidação, o Administrador também fará jus à uma taxa de performance complementar ("Taxa de Performance Complementar"), caso, no prazo de 48 (quarenta e oito) meses contados de eventual data de substituição do Administrador em caso de destituição sem justa causa ou de renúncia, nos termos do item 3.4.1 acima, e/ou fusão, cisão, incorporação ou liquidação do Fundo nos termos dos subitens (iii) e (iv) acima (o "Evento"), o Fundo e/ou quaisquer Quotistas do Fundo à época do Evento (os "Quotistas Alienantes") realizem a venda direta ou indireta de parte e/ou da totalidade dos Valores Mobiliários que faziam parte integrante da Carteira do Fundo à época do Evento ("Venda dos Valores Mobiliários"), com base em valor superior ao valor atribuído aos mesmos Valores Mobiliários na avaliação do patrimônio líquido do Fundo ("Valor Inicial de Atribuição") para fins de cálculo da Taxa de Performance e/ou da Taxa de Performance Antecipada nos termos deste Regulamento.

4.5.1. Na hipótese do Fundo não realizar o desinvestimento total dos Valores Mobiliários da Carteira até o final do prazo de duração do Fundo previsto no item 1.2

acima e a liquidação ocorrer na forma prevista no item 13.7.4 abaixo, os Quotistas do Fundo à época estarão sujeitos ao pagamento da Taxa de Performance Complementar ao Administrador, nos termos do item 4.5.3 abaixo, pelo prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses após a referida data de liquidação do Fundo, caso realizem a venda direta ou indireta de parte e/ou da totalidade dos Valores Mobiliários que receberam como pagamento do resgate de suas Quotas, com base em valor superior ao valor atribuído aos mesmos Valores Mobiliários na avaliação do patrimônio líquido do Fundo para fins de cálculo do pagamento do resgate das Quotas. O prazo de 48 (quarenta e oito) meses referido neste item será reduzido proporcionalmente em caso de prorrogação do prazo de duração do Fundo deliberado pela Assembléia Geral de Quotistas.

4.5.2. A Taxa de Performance Complementar será o montante, em reais, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor bruto correspondente à (i) diferença existente entre o valor obtido na Venda dos Valores Mobiliários e o Valor Inicial de Atribuição, acrescido de (ii) eventuais valores brutos distribuídos ao Fundo e/ou aos Quotistas Alienantes à título de dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital, rendimentos e/ou quaisquer outras bonificações atribuídos aos Valores Mobiliários, durante o período compreendido entre a data do Evento e a data da Venda dos Valores Mobiliários pelo Fundo e/ou pelos Quotistas Alienantes; e descontado da (iii) variação acumulada do IPCA, acrescida de custo de oportunidade correspondente a 6% (seis por cento) ao ano, sobre o Valor Inicial de Atribuição, calculada desde a data do Evento até a data da Venda dos Valores Mobiliários pelo Fundo e/ou pelos Quotistas Alienantes.

4.5.3. O pagamento da Taxa de Performance Complementar, que será devido pelo Fundo na hipótese de o Fundo ter realizado a Venda dos Valores Mobiliários e/ou pelos Quotistas Alienantes na hipótese destes terem realizado a Venda dos Valores Mobiliários, será realizado na mesma forma, proporção e prazo de pagamento fixados na Venda dos Valores Mobiliários, devendo a Taxa de Performance Complementar ser paga pelo comprador diretamente ao Administrador.

4.6. Não obstante o disposto nos itens 4.4 e 4.5 acima, exclusivamente na hipótese de ocorrência do evento descrito no item 13.7.4 deste Regulamento, o pagamento da Taxa de Performance Antecipada e da Taxa de Performance Complementar poderá ser realizado mediante a entrega de Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR

5.1. Incluem-se entre as obrigações do Administrador:

(i) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, durante o prazo de duração do Fundo e por 5 (cinco) anos após a liquidação do Fundo:

(a) os registros de cotistas e de transferências de Quotas;

(b) o livro de atas das assembléias gerais;

- (c) o livro de presença de Quotistas;
 - (d) o arquivo dos pareceres dos auditores;
 - (e) os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo Fundo e seu patrimônio; e
 - (f) a documentação relativa às operações do Fundo.
- (ii) receber dividendos, bonificações e quaisquer rendimentos ou valores do Fundo;
 - (iii) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
 - (iv) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação;
 - (v) elaborar, juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais do Fundo, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo declaração de que foram obedecidas as disposições da regulamentação e deste Regulamento;
 - (vi) observado o disposto no item 5.2 abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, estudos e análises dos investimentos realizados pelo Fundo, elaborados pelo Administrador ou pelo Comitê de Investimento incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
 - (vii) observado o disposto no item 5.2 abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, atualizações periódicas que tenham sido elaboradas dos estudos e análises preparados pelo Administrador ou pelo Comitê de Investimento, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados pelo Fundo, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
 - (viii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no subitem (i) deste item 5.1. até o término de tal procedimento;
 - (ix) exercer ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes à Carteira e aos investimentos do Fundo;

- (x) transferir ao Fundo qualquer benefício e/ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administrador do Fundo;
- (xi) manter os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo custodiados junto à instituição custodiante;
- (xii) elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e outros documentos/informações exigidos nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor;
- (xiii) negociar e celebrar, em nome do Fundo, acordo de acionistas das Companhias Alvo e/ou das Companhias Investidas, bem como quaisquer outros acordos referentes aos investimentos que venham a ser realizados pelo Fundo, sempre no melhor interesse dos Quotistas;
- (xiv) cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Quotistas e do Comitê de Investimento;
- (xv) decidir e implementar, a seu exclusivo critério e no melhor interesse do Fundo, as estratégias e diretrizes de investimento e desinvestimento do Fundo nas Companhias Alvo e nas Companhias Investidas, conforme o caso, incluindo a aquisição e/ou alienação parcial ou total dos Valores Mobiliários; e
- (xvi) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento e entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento.

5.2. Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos subitens (vi) e (vii) do item 5.1 acima, o Administrador poderá submeter tal requisição à prévia apreciação e aprovação da Assembléia Geral de Quotistas (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze deste Regulamento), tendo em vista os melhores interesses do Fundo e de todos os Quotistas, considerando eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Investidas. Na hipótese de realização de Assembléia Geral de Quotistas na forma deste item 5.2, os Quotistas que tenham requerido as informações de que tratam os subitens (vi) e (vii) do item 5.1 acima serão impedidos de votar.

5.3. O Administrador responderá pelos prejuízos causados aos Quotistas, quando proceder com culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e deste Regulamento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS VEDAÇÕES DO ADMINISTRADOR

6.1. Será vedado ao Administrador, no exercício específico de suas funções e em nome do Fundo:



- (i) receber depósito em sua conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos, exceto aqueles descritos no item 8.5 abaixo;
- (iii) prestar fiança, aval, aceite, ou co-obrigar-se sob qualquer outra forma;
- (iv) negociar com duplicatas, notas promissórias (excetuadas aquelas de que trata a Instrução da CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990) ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (vi) aplicar recursos do Fundo:
 - (a) no exterior;
 - (b) na aquisição de bens imóveis; e
 - (c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBJETIVO E DOS INVESTIMENTOS DO FUNDO

7.1. O objetivo do Fundo é obter retornos significativos e valorização de capital a longo prazo por meio de investimento em ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias abertas ou fechadas, que atuem em, mas não se limitando a, setores de (i) serviços; (ii) agronegócios; (iii) saúde; (iv) infra-estrutura; (v) logística ou (vi) quaisquer outros em que o Brasil tenha vantagem competitiva, participando do bloco de controle de tais companhias em conjunto com outros fundos de investimento administrados pelo Administrador, ou grupo de investidores agindo em conjunto, observados os termos e condições deste Regulamento.

7.2. O Fundo investirá em valores mobiliários de emissão de companhias abertas ou fechadas brasileiras (as “Companhias Alvo”, quando referidas anteriormente ao investimento pelo Fundo, ou “Companhias Investidas”, após receberem qualquer aporte de recursos do Fundo), observado os limites de investimento por setor de atuação correspondente a até 25% (vinte e cinco por cento) do Capital Comprometido.

7.2.1. Os valores mobiliários a que se refere o item 7.2 acima serão ações, certificados de depósito de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, ou que confirmam o direito ao recebimento de ações, ou de outros títulos e valores mobiliários adequados a exigências específicas das Companhias Alvo, que o Administrador entenda possam ser convertidos em ativos de liquidez, e cuja aquisição esteja em consonância com os objetivos do Fundo (os “Valores Mobiliários”).



7.3. O Fundo deverá envidar seus melhores esforços para que a Companhia Investida atenda no menor prazo possível aos padrões de governança corporativa exigidos pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA para a listagem das ações de sua emissão para a negociação no Novo Mercado da BOVESPA ou para classificação como Companhia Nível 2 de Governança Corporativa da BOVESPA, observado o disposto no subitem (v) do item 7.5 abaixo.

7.4. Em vista da natureza do investimento em participações e da política de investimento do Fundo, os Quotistas do Fundo devem estar cientes de que (i) os ativos componentes da Carteira do Fundo poderão ter liquidez significativamente baixa, em comparação a outras modalidades de investimento em fundos de investimento; e (ii) a Carteira do Fundo poderá estar concentrada em Valores Mobiliários de emissão de poucas companhias, tornando os riscos dos investimentos diretamente relacionados ao desempenho de tais companhias. Para tanto, ao ingressar no Fundo, o Quotista declarará expressamente que tem ciência destes riscos, sendo que tal declaração constará do Compromisso de Investimento.

7.5. As Companhias Alvo deverão observar os seguintes requisitos:

- (i) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- (ii) constituição do conselho de administração e estabelecimento de um mandato unificado de 1 (um) ano para seus membros;
- (iii) disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão;
- (iv) adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) no caso de abertura do seu capital, obrigar-se-ão perante o Fundo a aderir a segmento especial de bolsa referidos no item 7.3 acima; e
- (vi) auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

7.5.1. Caberá ao Administrador a responsabilidade pela verificação da adequação das Companhias Alvo aos requisitos estipulados nesta Cláusula Sétima e a manutenção das condições durante o Período de Investimento. Em caso de descumprimento de qualquer dos requisitos previstos nesta Cláusula Sétima, o Administrador obriga-se a levar tal fato ao conhecimento do Comitê de Investimento, bem como informar as medidas adotadas para sanar tal descumprimento.



CLÁUSULA OITAVA - DA FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA, LIMITE E RESTRIÇÕES DE INVESTIMENTO

8.1. Os investimentos do Fundo em Valores Mobiliários serão realizados mediante a observância dos termos e condições indicados neste Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão.

8.2. A Carteira do Fundo (a "Carteira") será composta por:

- (i) Valores Mobiliários das Companhias Investidas;
- (ii) rendimentos, dividendos e outras bonificações e remunerações que sejam atribuídas, durante o período de duração do Fundo, aos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (iii) (a) Certificados de Depósito Bancário das seguintes instituições financeiras, Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A., Banco Votorantim S.A., Banco ABN Amro Real S.A., Banco Citibank S.A., Banco Santander S.A. e Banco UBS Pactual S.A., (b) quotas de emissão de fundos de investimento, classe renda fixa e/ou referenciado DI, e/ou (c) títulos públicos federais, desde que mediante a observância do disposto no item 8.3 abaixo ("Outros Ativos").

8.3. Na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no subitem (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas, deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada chamada de capital, observado o disposto no item 8.3.1 abaixo;
- (ii) sem prejuízo do disposto no subitem (i) acima, até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou serão mantidos em caixa, no melhor interesse do Fundo;
- (iii) durante os períodos que compreendem o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao

Administrador, a título de pagamento das taxas previstas neste Regulamento, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou ser mantidos em caixa, no melhor interesse do Fundo, sendo que competirá exclusivamente ao Administrador decidir sobre a época e o valor de amortização das Quotas do Fundo, de acordo com o previsto na Cláusula Treze abaixo; e

(iv) o Administrador poderá manter, a qualquer tempo, parcela correspondente a até 10% (dez por cento) do Capital Comprometido do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e deste Regulamento.

8.3.1. Caso os investimentos do Fundo nas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no subitem (i) do item 8.3 acima, o Administrador convocará a Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre: (i) a prorrogação do prazo referido no subitem (i) do item 8.3 acima; (ii) a permanência dos recursos no caixa do Fundo ou aplicados em Outros Ativos; ou (iii) a restituição, aos Quotistas, dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de suas Quotas e que sejam referentes aos investimentos originalmente programados e que não tenham se concretizado, valores estes corrigidos pelos rendimentos das aplicações nos Outros Ativos, se houver.

8.3.2. Os recursos do Fundo investidos em Outros Ativos deverão observar o limite de até (i) 60% (sessenta por cento) em cotas de um mesmo fundo de investimento classe Renda Fixa e/ou Referenciado DI regulado pela Instrução CVM nº. 409/204; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) em Certificados de Depósito Bancário das instituições financeiras mencionadas no item 8.2.3(a); ou (iii) 100% (cem por cento) em títulos públicos federais.

8.4. Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, serão incorporados ao patrimônio líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou das taxas devidas ao Administrador.

8.5. O Fundo não realizará operações de empréstimo de qualquer natureza, exceto nas modalidades previstas na Instrução CVM nº. 406/04, desde que aprovadas pelo Comitê de Investimento, e somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, nas modalidades autorizadas pela CVM.

8.6. O investimento do Fundo em Valores Mobiliários de uma Companhia Investida poderá representar até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do Capital Comprometido do Fundo.



Co-INVESTIMENTO

8.7. O Administrador irá compor os recursos investidos do Fundo com recursos de outros investidores financeiros e/ou estratégicos diretamente ou através de fundos de investimento ("Co-Investimento"), observado o limite de participação do Fundo de 25% (vinte e cinco por cento) no investimento total a ser realizado na Companhia Alvo.

CLÁUSULA NONA – DO PERÍODO DE INVESTIMENTO PARA A FORMAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

9.1. O Fundo terá um período de investimentos em Valores Mobiliários ("Período de Investimento") que se iniciará na data da Primeira Emissão e se estenderá por até 5 (cinco) anos ou até a integralização total das quotas subscritas, conforme estabelecido nos Compromissos de Investimento, o que ocorrer primeiro. O Período de Investimento poderá ser prorrogado por até 2 (dois) períodos adicionais de 1 (ano) ano cada, sendo a primeira prorrogação por deliberação do Comitê de Investimento e a segunda prorrogação, mediante proposta do Administrador, por deliberação da Assembléia Geral de Quotistas.

9.1.1. O Comitê de Investimento, por recomendação do Administrador, poderá encerrar o Período de Investimento antecipadamente.

9.2. O Administrador poderá, após o término do Período de Investimento, exigir integralizações remanescentes, até o limite do Capital Comprometido, a fim de realizar (i) o pagamento de despesas e responsabilidades do Fundo; e/ou (ii) novos investimentos nas Companhias Investidas, que serão destinados ao pagamento ou à constituição de reservas para pagamento:

- (i) de compromissos assumidos pelo Fundo perante a Companhia Investida;
- (ii) dos custos de estruturação, viabilização e manutenção das operações das Companhias Investidas, inclusive tributos; e/ou
- (iii) de aquisição de Valores Mobiliários emitidos por Companhias Investidas, com a finalidade de impedir diluição dos investimentos já realizados ou a perda de controle, conforme o caso, e desde que tal aquisição seja aprovada pelo Comitê de Investimento.

CLÁUSULA DEZ – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

10.1. A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas, observado o disposto no item 13.7 deste Regulamento.

10.2. O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, a seu exclusivo critério, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

10.3. Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas integralizadas do Fundo, em benefício dos respectivos Quotistas, ressalvada a hipótese prevista no item 13.6 abaixo.

CLÁUSULA ONZE – DO COMITÊ DE INVESTIMENTO

11.1. O Fundo terá um Comitê de Investimento ("Comitê de Investimento"), formado por 03 (três) membros eleitos conforme item 11.3 abaixo, escolhidos dentre pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, podendo ser eleitos, inclusive, funcionários, diretores e representantes dos Quotistas ou do Administrador. As decisões do Comitê de Investimento serão necessariamente executadas pelo Administrador, observado o disposto nesta Cláusula Onze.

11.2. Os membros do Comitê de Investimento terão mandato pelo prazo de duração do Fundo, e poderão renunciar ao cargo ou ser substituídos antes do término de tal prazo.

11.3. Os membros do Comitê de Investimento serão eleitos de acordo com o seguinte procedimento:

- (i) 02 (dois) membros indicados pelo Administrador; e
- (ii) 01 (um) membro eleito pela Assembléia Geral de Quotistas.

11.4. O Comitê de Investimento terá como funções básicas, sem prejuízo de outras previstas neste Regulamento:

- (i) acompanhar o desempenho do Fundo e das Companhias Investidas; e
- (ii) discutir, analisar e decidir por submeter à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, a prorrogação ou encerramento antecipado do Período de Investimento eventualmente proposto pelo Administrador, nos termos da Cláusula Nona acima.

11.5. Os membros do Comitê de Investimento reunir-se-ão sempre que necessário, atendendo a convocação por escrito ou por e-mail, feita com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, a pedido do Administrador ou qualquer de seus membros. A convocação será dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Comitê de Investimento.

11.6. As reuniões do Comitê de Investimento serão instaladas com a presença de todos seus membros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos seus membros, de forma física ou remota, na respectiva reunião.

11.6.1. Será permitido a qualquer membro do Comitê de Investimento votar nas reuniões por qualquer meio remoto que permita ao respectivo membro manifestar, seja por meio de vídeo conferência, telefone, fax ou e-mail, sua intenção de voto de maneira clara e expressa aos demais membros.

11.7. Para o bom desempenho do Comitê de Investimento, o Administrador enviará aos seus membros o material necessário à avaliação da(s) ordem(ns) do dia de cada reunião do Comitê de Investimento com prazo de até 5 (cinco) dias úteis de antecedência à realização da reunião.

11.8. Das reuniões do Comitê de Investimento serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros a elas presentes.

11.9. Os membros do Comitê de Investimento não receberão qualquer remuneração pelo exercício de suas funções.

11.10. Os membros do Comitê de Investimento deverão informar ao Administrador, o qual deverá informar aos Quotistas, qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o Fundo, quando será observado, no que couber, o disposto na Cláusula Quinze deste Regulamento.

CLÁUSULA DOZE – DO PATRIMÔNIO AUTORIZADO, DO PATRIMÔNIO INICIAL E NOVAS EMISSÕES DE QUOTAS DO FUNDO

12.1. O patrimônio autorizado do Fundo será de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões) (“Patrimônio Autorizado”), e será composto por até 100.000 (cem mil) Quotas.

12.2. O Patrimônio Inicial do Fundo (“Patrimônio Inicial”), após a primeira emissão de Quotas (a “Primeira Emissão”), será formado por, no mínimo, 30.000 (trinta mil) Quotas. O preço unitário de emissão das Quotas será de R\$ 1.000,00 (mil reais) (o valor de cada Quota, o “Preço de Emissão”), totalizando, o Patrimônio Inicial, o valor subscrito de, no mínimo, R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais). O prazo máximo para integralização das Quotas constitutivas do Patrimônio Inicial será de 5 (cinco) anos, a contar da respectiva data de registro da Primeira Emissão na CVM.

12.2.1. As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser integralizadas nos termos previstos no item 13.5 abaixo.



12.3. Emissões de novas quotas do Fundo (“Novas Quotas”), até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas por recomendação do Administrador e mediante aprovação da Assembléia.

12.3.1. Os Quotistas terão direito de preferência para subscrição de Novas Quotas, na proporção de suas respectivas participações no patrimônio do Fundo, na data da respectiva emissão. O direito de preferência referido neste item 12.3.1 poderá ser exercido apenas na Assembléia Geral de Quotistas que deliberar sobre a respectiva emissão.

12.4. O preço unitário de emissão de Novas Quotas será determinado pela Assembléia Geral que aprovar a sua emissão.

CLÁUSULA TREZE – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS

13.1. As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio.

13.2. Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa e serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pela instituição custodiante.

13.2.1. Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no item 13.6 abaixo.

13.2.2. O valor nominal unitário da Quota será informado/calculado com 7 (sete) casas decimais, sem arredondamento, ou por outro critério definido pelo Administrador.

DIREITOS DE VOTO

13.3. Será atribuído a cada Quota o direito a um voto na Assembléia Geral de Quotistas, observado o disposto no item 13.6 abaixo.

EMISSÃO E SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS

13.4. As Quotas do Fundo serão objeto de colocação pública pelo Administrador. O Fundo e a emissão de suas Quotas serão registrados perante a CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

13.4.1. No ato de subscrição das Quotas do Fundo, representativas do Patrimônio Inicial e/ou de Novas Quotas, o subscritor (i) assinará boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas e/ou Novas Quotas por ele subscritas (“Capital Comprometido”), nos termos de “Instrumento Particular de Subscrição de

Quotas e Compromisso de Integralização”, que será assinado pelo investidor na data de subscrição de suas Quotas e/ou Novas Quotas (“Compromisso de Investimento”) e (iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento, quando deverá declarar que está ciente, (a) das disposições contidas no Compromisso de Investimento e neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento do Fundo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento.

INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS

13.5. As Quotas do Fundo serão integralizadas conforme solicitação do Administrador aos Quotistas, nos termos deste Regulamento e do Compromisso de Investimento.

13.5.1. Na medida em que o Administrador identifique necessidades de recursos para investimento em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, se for o caso, e/ou para o pagamento de despesas e encargos do Fundo, os Quotistas serão chamados a aportar recursos no Fundo, mediante a integralização das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento (o valor que venha a ser efetivamente entregue, pelos Quotistas, ao Fundo, a título de integralização de suas Quotas, o “Capital Integralizado”).

13.5.2. O Administrador deverá encaminhar notificação por escrito, a cada um dos Quotistas, e com a antecedência prevista no respectivo Compromisso de Investimento, solicitando a integralização parcial ou total das Quotas originalmente subscritas pelos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento (“Requerimento de Integralização”).

13.5.3. Ao receberem o Requerimento de Integralização, os Quotistas serão obrigados a integralizar, no prazo mínimo de 10 (dez) dias, parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador.

13.5.4. As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo respectivo preço de emissão, atualizado pelo IPCA, observado o disposto em cada Compromisso de Investimento firmado com os Quotistas do Fundo (“Preço de Integralização”).

13.5.5. O Administrador entregará aos Quotistas recibo de integralização correspondente a cada integralização que seja realizada pelos Quotistas nos termos desta Cláusula Treze.

13.5.6. O procedimento disposto nos itens 13.5.2 a 13.5.5 acima será repetido a cada nova decisão de investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas, se for o caso, e/ou no caso de necessidade de recursos para o pagamento de despesas e encargos do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas subscritas tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

13.5.7. Os Quotistas, ao subscreverem Quotas na forma do item 13.4 acima, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item 13.5 e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que



venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item 13.5 e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item 13.6 abaixo.

INADIMPLÊNCIA DOS QUOTISTAS

13.6. A ocorrência de qualquer descumprimento, total ou parcial, da obrigação do Quotista de aportar recursos no Fundo até a data especificada no Requerimento de Integralização, não sanada nos prazos previstos no item 13.6.1 abaixo, resultará em uma ou mais das seguintes consequências ao Quotista inadimplente (o "Quotista Inadimplente"), a serem exercidas a exclusivo critério do Administrador:

(i) suspensão dos seus direitos de (a) voto nas Assembléias Gerais; (b) alienação ou transferência das suas quotas do Fundo; e/ou (c) recebimento de todas e quaisquer amortizações e todos os valores que lhe caberiam por ocasião da liquidação do Fundo; e

(ii) direito de alienação pelo Administrador das Quotas detidas pelo Quotista Inadimplente a qualquer terceiro, nos termos e condições do Compromisso de Investimento, a fim de obter recursos para pagamento dos valores devidos ao Fundo.

13.6.1. As consequências referidas no item 13.6 acima somente poderão ser exercidas pelo Administrador caso o respectivo descumprimento não seja sanado pelo Quotista Inadimplente no prazo de até 15 (quinze) dias, na hipótese do subitem (i), ou de até 60 (sessenta) dias, na hipótese do subitem (ii), a contar da data de aporte de recursos especificada no Requerimento de Integralização.

13.6.2. Qualquer débito em atraso do Quotista Inadimplente perante o Fundo será atualizado, a partir da data especificada para pagamento no Requerimento de Integralização até a data de quitação do débito, pela variação percentual acumulada do IPCA, além de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do débito corrigido.

13.6.3. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas.

13.6.4. Se o Administrador realizar amortização de Quotas aos Quotistas do Fundo enquanto o Quotista Inadimplente for titular de Quotas do Fundo, os valores referentes à amortização devida ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização de suas Quotas.



PROCEDIMENTOS REFERENTES À AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

13.7. As Quotas do Fundo serão amortizadas observando-se o disposto na Cláusula Dez acima e o disposto neste item 13.7, sendo que o pagamento das amortizações será realizado de forma proporcional ao percentual integralizado de cada Quota pelos Quotistas.

13.7.1. Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota para fins de pagamento de amortização será aquele correspondente ao valor do patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação.

13.7.2. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediada o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento.

13.7.3. Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

13.7.4. Ao final do prazo de duração do Fundo e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, nos termos deste Regulamento, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional após o pagamento de todas as exigibilidades e provisões do Fundo. Não havendo recursos para tanto, será adotado o seguinte procedimento:

(i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de pagamento de amortização das Quotas do Fundo ainda em circulação;

(ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com o percentual integralizado por cada Quotista em relação ao valor total integralizado à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;

(iii) na hipótese descrita no subitem anterior, o Administrador deverá notificar os Quotistas, (a) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (b) informando a proporção de Valores Mobiliários e



Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio; e

(iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo(s) Quotista(s) que detenha(m) a maioria das Quotas em circulação.

RESGATE DAS QUOTAS

13.8. As Quotas não são resgatáveis antes da liquidação do Fundo.

NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

13.9. As Quotas do Fundo poderão ser admitidas à negociação no mercado secundário, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo de serem negociadas por meio de transações privadas, sempre mediante a observância do disposto nos itens 13.9.1 ao 13.9.3 abaixo.

13.9.1. Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas no mercado secundário deverá aderir aos termos e condições deste Regulamento, mediante a assinatura de termo de adesão preparado pelo Administrador.

13.9.2. Caso um Quotista alienante venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas antes do pagamento integral do Preço de Integralização das Quotas objeto da operação de alienação, nos termos do respectivo Compromisso de Investimento, tal operação de alienação somente será válida na hipótese do novo titular das Quotas assumir integralmente as obrigações previstas no Compromisso de Investimento em nome do Quotista alienante.

13.9.3. O Administrador deverá exigir a comprovação da qualificação disposta no item 2.1 deste Regulamento para proceder a transferência de titularidade de Quotas negociadas no mercado secundário.

CLÁUSULA QUATORZE - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

14.1. Competirá exclusivamente à Assembléia Geral de Quotistas deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras que venham a ser atribuídas por força deste Regulamento:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (ii) alterar este Regulamento;



- (iii) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador e escolha de seu substituto;
- (iv) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo;
- (v) deliberar sobre a emissão e distribuição de Novas Quotas, observado o disposto nos itens 12.3 e 12.4 acima;
- (vi) deliberar sobre o aumento na Taxa de Administração e/ou da Taxa de Performance do Administrador;
- (vii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas;
- (ix) deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de novos comitês e conselhos do Fundo;
- (x) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações ao Administrador, na forma prevista nos subitens (vi) e (vii) do item 5.1 deste Regulamento;
- (xi) deliberar sobre a realização de operações pelo Fundo de que trata a Cláusula Quinze deste Regulamento e a celebração de contratos entre o Fundo e Partes Ligadas ao Administrador, quando não aprovadas expressamente na forma deste Regulamento;
- (xii) eleger o membro do Comitê de Investimento, conforme disposto na Cláusula Onze deste Regulamento;
- (xiii) deliberar sobre a aprovação de despesas do Fundo não previstas na Cláusula Dezesseis deste Regulamento;
- (xiv) deliberar sobre procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas, observado o disposto no item 13.7 acima;
- (xv) escolher o Agente de Avaliação, dentre 3 (três) empresas indicadas pelo Administrador, que atendam à qualificação indicada no item 17.7.1 abaixo;
- (xvi) aprovar a contratação de empréstimos em nome do Fundo, nas modalidades previstas na Instrução CVM nº. 406/04; e



(xvii) aprovar a destinação dos recursos aportados pelos Quotistas no Fundo para investimentos nas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, nos termos do item 8.3.1 acima, caso tais investimentos não sejam efetivados no prazo previsto no subitem (i) do item 8.3 acima.

14.1.1. Independentemente do disposto no subitem (ii) do item 14.1 acima, este Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral de Quotistas ou de consulta aos Quotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

14.2. A convocação da Assembléia Geral de Quotistas será realizada mediante envio de correspondência, escrita ou eletrônica, a cada um dos Quotistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo tal correspondência conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados.

14.2.1. Independentemente da convocação prevista no item 14.2 acima, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

14.3. A Assembléia Geral de Quotistas poderá ser convocada pelo Administrador ou por Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

14.4. Somente poderão votar na Assembléia Geral os Quotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem registrados na conta de depósito dos Quotistas do Fundo.

14.5. Terão qualidade para comparecer à Assembléia Geral os Quotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

14.5.1. Os Quotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pelo Administrador antes da respectiva Assembléia Geral de Quotistas.

14.6. As deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas serão aprovadas por Quotistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Quotas em circulação.

14.6.1. A eleição do membro do Comitê de Investimento deverá observar o disposto na Cláusula Onze deste Regulamento.

CLÁUSULA QUINZE – DAS SITUAÇÕES DE CONFLITO DE INTERESSE

15.1 Para os fins deste Regulamento, são consideradas partes ligadas ao Administrador ou a qualquer Quotista do Fundo (as “Partes Ligadas”):



(i) qualquer pessoa natural ou jurídica que participe com 10% ou mais do capital social do Administrador ou de qualquer Quotista, conforme o caso, direta ou indiretamente; ou

(ii) qualquer pessoa jurídica (exceto fundos de investimento) em que o Administrador, um Quotista ou qualquer das pessoas elencadas no subitem (i) acima participem com 10% ou mais do capital social, direta ou indiretamente.

15.2. Será permitido às Partes Ligadas investir no Fundo, bem como atuar como prestadores de serviços do Fundo, cujos contratos deverão ser celebrados em bases comutativas, observado o disposto neste Regulamento.

15.3. Qualquer transação entre (i) o Fundo e Partes Ligadas; (ii) o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador; ou (iii) as Partes Ligadas e as Companhias Alvo ou Companhias Investidas deverá ser levada para aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, exceto nos casos previstos no item 15.4 abaixo.

15.3.1. Salvo aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Quotistas reunidos em assembléia geral, é vedada a aplicação de recursos do Fundo em Valores Mobiliários de Companhias Alvo nas quais participem:

(i) o Administrador e qualquer Parte Ligada ao Administrador, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;

(ii) os membros do Comitê de Investimento e Quotistas titulares de quotas representativas de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;

(iii) quaisquer das pessoas mencionadas nos incisos anteriores que:

(a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou

(b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes do primeiro investimento por parte do Fundo.

15.3.2. Salvo aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Quotistas, é igualmente vedada a realização de operações, pelo Fundo, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas nos subitens (i) e (ii) do item 15.3.1 acima, bem como de outros

fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelo Administrador, quando houver.

15.4. Os contratos de prestação de serviços entre o Administrador (ou qualquer Parte Ligada ao Administrador) e as Companhias Investidas poderão ser celebrados sem a necessidade de aprovação pela Assembléia Geral de Quotistas, e serão arcados exclusivamente pela respectiva Companhia Investida contratante, desde que tenham por objeto:

- (i) o apoio à gestão das Companhias Investidas, cujos valores não ultrapassem 1,00% (um por cento) ao ano do montante total de investimentos comprometidos e/ou integralizados pelo Fundo e pelos outros fundos de investimento administrados pelo Administrador na respectiva Companhia Investida; e/ou
- (ii) a assessoria financeira em operações de fusões, aquisições e joint-ventures envolvendo qualquer Companhia Investida, cujos valores não ultrapassem 2,50% (dois vírgula cinquenta por cento) do valor da operação, a título de comissão de sucesso, e desde que em condições usuais de mercado vigentes à época.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DOS ENCARGOS DO FUNDO

16.1. Constituirão encargos do Fundo, além das taxas devidas ao Administrador, nos termos deste Regulamento, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Ações integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Regulamento e na regulamentação;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;



- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (x) taxas de controladoria e de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (xi) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada;
- (xii) despesas com taxas cobradas pelos mercados onde as Quotas do Fundo estiverem listadas para negociação, se for o caso;
- (xiii) despesas relativas a eventuais operações de empréstimo ou no mercado de derivativos, nas modalidades autorizadas pela CVM, se for o caso; e
- (xiv) quaisquer despesas na elaboração e entrega dos documentos referidos nos subitens (vi) e (vii) do item 5.1 acima.

16.2. Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze deste Regulamento.

16.3. O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração e/ou da Taxa de Performance sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido subcontratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance.

CLÁUSULA DEZESSETE - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

17.1. O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo serem segregadas daquelas do Administrador.

17.2. O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

17.3. O exercício social do Fundo encerrará em 31 de dezembro de cada ano de seu prazo de duração.

17.4. As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

17.5. Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades, inclusive as obrigações relativas a eventuais empréstimos que venham a ser celebrados pelo Fundo, nos termos deste Regulamento.

17.6. No cálculo do valor da Carteira, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo, de acordo com as disposições deste Regulamento. Inicialmente, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

(i) Valores Mobiliários ou Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito;

(ii) Valores Mobiliários de renda variável serão avaliados inicialmente pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor patrimonial, a critério do Administrador, devendo ser feitas reavaliações de tais Valores Mobiliários nos termos previstos no item 17.7 abaixo; e

(iii) quotas de fundos de investimento terão seu valor determinado pelo administrador do respectivo fundo.

17.7. Os Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez deverão ser reavaliados, conforme previsto no item 17.7.1 abaixo, nas seguintes situações:

(i) periodicamente, sempre que o Administrador entender necessário;

(ii) no período de 30 (trinta) dias imediatamente anterior ao início de processo de distribuição de Novas Quotas, por iniciativa do Administrador, caso esse entenda tal reavaliação necessária para fins de estruturação do processo de distribuição das referidas Novas Quotas;

(iii) no prazo não superior a 60 (sessenta) dias imediatamente anterior à qualquer situação de fusão, cisão, incorporação ou liquidação do Fundo; e

(iv) no prazo não superior a 60 (sessenta) dias imediatamente anterior à conclusão de processo de substituição do Administrador sem justa causa, nos termos do item 3.5.2 acima, ou de renúncia, nos termos do item 3.4.1 acima.

17.7.1. Em qualquer das situações previstas no item anterior, a reavaliação dos Valores Mobiliários será feita com base em relatório de avaliação econômico-financeira utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado ("Estudo de Avaliação"). O Estudo de Avaliação deverá ser feito por empresa especializada na referida metodologia de avaliação de empresas, que deverá ser uma das maiores empresas de auditoria e/ou consultoria e/ou banco de investimento atuantes à época das ocorrências referidas acima ("Agente de Avaliação") e de notória experiência em referidas análises.

17.7.2. A escolha do Agente de Avaliação deverá ser feita em Assembléia Geral de Quotistas, nos termos da Cláusula Quatorze deste Regulamento, dentre 3 (três) empresas indicadas pelo Administrador que atendam à qualificação indicada no item acima. Caso os Quotistas não compareçam à Assembléia Geral de Quotistas e/ou não cheguem a uma conclusão sobre a aprovação de um dos três nomes indicados pelo Administrador, ou a indicação de outra empresa, com a anuência do Administrador, ficará a cargo do Administrador escolher um dos três nomes para ser o Agente de Avaliação. Uma vez definida a empresa que será o Agente de Avaliação, ficará a cargo do Administrador contratar tal empresa, às expensas do Fundo. O resultado do Estudo de Avaliação será aceito por todos os Quotistas e pelo Administrador e será válido para todos os fins de direito.

CLÁUSULA DEZOITO - DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

18.1. O Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador ou pelo Comitê de Investimento sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos das Companhias Investidas.

18.2. O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

(a) valor do patrimônio líquido do Fundo; e

(b) número de quotas emitidas.

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o término dos períodos encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários e Outros Ativos que a integram;
 - (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável;
 - (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
 - (d) a indicação da instituição custodiante e eventuais outras instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira;
- (iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:
- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
 - (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
 - (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

18.3. As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com relatórios e documentos protocolados na CVM.

CLÁUSULA DEZENOVE – DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS INVESTIMENTOS

19.1. A liquidação dos ativos do Fundo será feita de uma das formas a seguir, a exclusivo critério do Administrador, sempre se levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Administrador, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;



(ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou

(iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item 13.7.4 acima.

19.1.1. Em qualquer caso, a liquidação de ativos será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

19.2. Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao seu encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

19.3. O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

(i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo;

(ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze; e/ou

(iii) nos casos previstos na Cláusula Terceira acima.

19.4. O cálculo do valor dos Valores Mobiliários e Outros Ativos para fins de liquidação do Fundo deverá ser realizado observando-se os critérios estabelecidos na Cláusula Dezessete.

CLÁUSULA VINTE - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Comitê de Investimento e os Quotistas.

20.2. O Fundo não cobrará taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de quotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Quotas.

20.3. Os Quotistas do Fundo deverão manter (i) as informações constantes de estudos e análises de investimento, elaborados pelo Administrador e/ou pelo Comitê de Investimento, que fundamentem as decisões de investimento do Fundo, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões; (ii)

as suas atualizações periódicas, que venham a ser a eles disponibilizadas; e (iii) os documentos relativos às operações do Fundo, sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo com o consentimento prévio e por escrito do Administrador ou se obrigado por ordem expressa de autoridades legais, sendo que nesta última hipótese, o Administrador deverá ser informado por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

20.4. Para todos os meses de correção dos valores previstos neste Regulamento, será utilizada a variação acumulada do IPCA do mês anterior, calculada *pro rata temporis*. Não será devida qualquer compensação financeira após a divulgação da variação acumulada do IPCA para o mês em questão.

20.5. Os conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação do disposto neste Regulamento, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, serão solucionados por arbitragem, de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, por 3 (três) árbitros, indicados de acordo com o regulamento da referida Câmara.

GLOSSÁRIO – DEFINIÇÕES UTILIZADAS NO REGULAMENTO

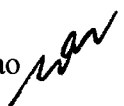
Para fins de referência, as expressões utilizadas em letra maiúscula no texto deste Regulamento terão o seguinte significado:

Administrador:	Pátria Investimentos S.A., sociedade com sede na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.055, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 05.145.646/0001-80.
Agente de Avaliação:	empresa especializada na elaboração do Estudo de Avaliação, que deverá ser uma das maiores empresas de auditoria e/ou consultoria e/ou banco de investimento atuantes à época da respectiva reavaliação dos Valores Mobiliários, e de notória experiência em referidas análises.
BOVESPA:	Bolsa de Valores de São Paulo.
Capital Comprometido:	montante de Quotas que o Quotista se comprometeu a integralizar, de forma irrevogável e irretratável, nos termos do Compromisso de Investimento.
Capital Integralizado:	valor efetivamente entregue, pelos Quotistas, ao Fundo, a título de integralização de suas Quotas.

Carteira:	total de recursos e investimentos do Fundo, composta nos termos do item 8.2 deste Regulamento.
Co-Investimento:	composição de recursos do Fundo com recursos de investidores financeiros e/ou estratégicos a fim de viabilizar investimentos.
Comitê de Investimento:	comitê formado por 3 (três) membros, para realização das atividades previstas no item 11.4 deste Regulamento.
Companhias Alvos:	companhias abertas ou fechadas brasileiras, quando referidas anteriormente ao investimento pelo Fundo.
Companhias Investidas:	companhias abertas ou fechadas brasileiras, após receberem qualquer aporte de recursos do Fundo.
Compromisso de Investimento:	"Instrumento Particular de Compromisso de Investimento", que será assinado pelo investidor na data de subscrição de suas Quotas e/ou Novas Quotas.
Custo de Oportunidade:	correspondente a 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor do Capital Integralizado, corrigido pelo IPCA.
CVM:	Comissão de Valores Mobiliários.
Estudo de Avaliação:	relatório de avaliação econômico-financeira, que deverá utilizar a metodologia de fluxo de caixa descontado, a fim de reavaliar os Valores Mobiliários da Carteira do Fundo, nas hipóteses previstas no item 17.7 deste Regulamento.
Fundo:	Pátria Economia Real - Fundo de Investimento em Participações.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
Novas Quotas:	Quotas emitidas pelo Fundo após a Primeira Emissão, nos termos do item 12.3 deste Regulamento.
Outros Ativos:	Certificados de Depósito Bancário de emissão das seguintes instituições financeiras Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A., Banco Votorantim S.A., Banco ABN Amro Real

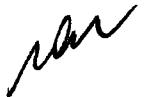



S.A., Banco Citibank S.A., Banco Santander S.A. e Banco UBS Pactual S.A., quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI, e/ou títulos públicos federais.

Partes Ligadas:	(i) qualquer pessoa natural ou jurídica que participe com 10% ou mais do capital social do Administrador ou de qualquer Quotista, conforme o caso, direta ou indiretamente; ou (ii) qualquer pessoa jurídica em que o Administrador, um Quotista ou qualquer das pessoas elencadas no item (i) acima participem com 10% ou mais do capital social, direta ou indiretamente.
Patrimônio Autorizado:	Limite previamente autorizado para aumento do patrimônio do Fundo previsto no item 12.1, independentemente de reforma do Regulamento.
Patrimônio Inicial:	montante mínimo a ser subscrito para funcionamento do Fundo, conforme previsto no item 12.2 do Regulamento.
Período de Investimento:	período de investimento em Valores Mobiliários, que se iniciará na data da Primeira Emissão e se estenderá por até 5 (cinco) anos, nos termos do item 9.1 do Regulamento ou até a integralização total das quotas subscritas, conforme estabelecido nos Compromissos de Investimento, o que ocorrer primeiro.
Preço de Emissão:	valor correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais) por cada Quota.
Preço de Integralização:	preço de emissão da Quota, atualizado pelo IPCA, conforme o Compromisso de Investimento.
Primeira Emissão:	primeira emissão de Quotas do Fundo, a ser composta por, no mínimo, 30.000 (trinta mil) Quotas.
Quotas:	frações ideais do patrimônio do Fundo.
Quotista Inadimplente:	Quotista que descumprir, total ou parcialmente, a obrigação de aportar recursos no Fundo até a data especificada no Requerimento de Integralização.
Quotistas:	investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 409/04, que tenham subscrito Quotas do Fundo.
Requerimento de	notificação encaminhada pelo Administrador ao 



Integralização:	Quotista, solicitando a integralização parcial ou total das Quotas subscritas.
Taxa de Administração:	parcela fixa de remuneração devida ao Administrador pela administração do Fundo e gestão da Carteira, calculada nos termos do item 4.2 deste Regulamento.
Taxa de Performance:	parcela variável de remuneração devida ao Administrador, calculada com base no desempenho dos investimentos do Fundo nos termos dos itens 4.3, 4.4, 4.5 e 4.6 deste Regulamento.
Valores Mobiliários:	ações, certificados de depósito de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, ou que confirmam o direito ao recebimento de ações, ou de outros títulos e valores mobiliários adequados a exigências específicas das Companhias Alvo, que o Administrador entenda possam ser convertidos em ativos de liquidez, e cuja aquisição esteja em consonância com os objetivos do Fundo.



: 10o. OFICIAL DE REGISTRO DE TITULOS :
: E DOCUMENTOS DA CAPITAL - SAO PAULO :
: RUA XV DE NOVENBRO, N. 244 - 6o. ANDAR :
: TELEFONES: 3104-8434 E 3105-6483 (FAX) :
: O PRESENTE TITULO/DOCUMENTO, PROTOCOLADO :
: REGISTRADO EM MICROFILME SOB :
: No. 1.808.908. :
: SAO PAULO, 24 DE SETEMBRO DE 2007. :
: *DR* :
:-----*

: BEL. EDUARDO K. JUNQUEIRA FRANCO - OFICIAL :
: LUIS F. JUNQUEIRA FRANCO - ESC. SUBSTITUTO :
: DANIELA RODRIGUES BARBOSA - ESC. AUTORIZ. :
: ADRIANO MARTINS CERCA - ESC. AUTORIZ. :
: NATANAEL RODRIGUES - ESC. AUTORIZADO :
: ERIVELTON DE OLIVEIRA RODRIGUES-ESC. AUT. :
:-----*

: INCLUIDOS 28% AO ESTADO - 21% AD IPESP :
: 5% AD REG. CIVIL - 5% AD TRIB. JUSTICA :
:-----*

10o. R.T.D./R.P.J.
Emolumentos...: R\$*****5.751,49
Estado.....: R\$*****1.634,63
Cart. Prev.....: R\$*****1.210,84
Registro Civil: R\$*****302,71
Trib. Justica.: R\$*****302,71
Total.....: R\$*****9.202,38

Anexo III ao Prospecto

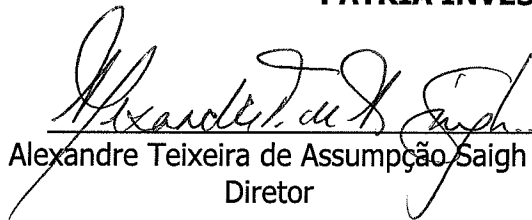
Declaração do Administrador nos termos do art. 56 da Instrução CVM n.º 400/03

DECLARAÇÃO

PÁTRIA INVESTIMENTOS S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 7º andar, CEP 01452-001, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.145.646/0001-80, na qualidade de administrador ("Administrador") do **PÁTRIA ECONOMIA REAL – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, condomínio fechado constituído nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 ("Fundo"), neste ato representado por seus Diretores, Srs. Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 9.519.415 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 116.834.178-79, e Luiz Otavio Reis de Magalhães, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 6.501.653 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 053.187.248-33, ambos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 7º andar, CEP 01452-001, vem por meio desta declarar, nos termos do art. 56, §5º da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, que o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes. O Administrador declara, ainda, que as informações contidas no Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo uma tomada de decisão fundamentada a respeito do investimento no Fundo.

São Paulo, 24 de setembro de 2007.

PÁTRIA INVESTIMENTOS S.A.


Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh
Diretor


Luiz Otavio Reis de Magalhães
Diretor

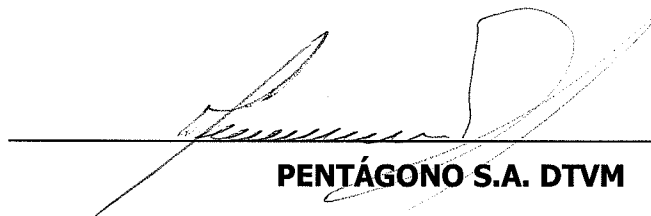
Anexo IV ao Prospecto

Declaração do Distribuidor nos termos do art. 56 da Instrução CVM n.º 400/03

DECLARAÇÃO

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, na qualidade de distribuidor ("Distribuidor") das quotas de emissão do **PÁTRIA ECONOMIA REAL – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, condomínio fechado constituído nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 ("Fundo"), neste ato representado por seu Diretor, Sr. *Maurício da Costa Ribeiro*, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade n.º 09738456-4, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob n.º 016.788.857-97, com escritório na Avenida das Américas, n.º 4.200 - bloco 04 - sala 514, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, vem por meio desta declarar, nos termos do art. 56, §5º da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, que o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes. O Distribuidor declara, ainda, que as informações contidas no Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo uma tomada de decisão fundamentada a respeito do investimento no Fundo.

São Paulo, 25 de setembro de 2007.



PENTÁGONO S.A. DTVM